



**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso

**CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NO BRASIL:
uma análise contemporânea sobre a política de assistência social**

Daniela de Almeida

**Mariana/MG
2018**

Daniela de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso

**CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NO BRASIL:
uma análise contemporânea sobre a política de assistência social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.
Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.
Orientadora: Prof.^a. Me. Raquel Mota Mascarenhas.

**Mariana/MG
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

A447c Almeida, Daniela de.
Crise econômica e política no Brasil [manuscrito]: uma análise contemporânea sobre a política de assistência social / Daniela de Almeida. - 2018.

103f.: Quadros.

Orientadora: Prof.^a MSc.^a Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Capitalismo - Teses. 2. Crises - Teses. 3. Pobreza - Teses. 4. Assistência social - Teses. I. Mota Mascarenhas, Raquel. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 304.4

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

**CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NO BRASIL:
uma análise contemporânea sobre a política de assistência social**

DANIELA DE ALMEIDA

ORIENTADOR (A): Raquel Mascarenhas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 04 / 07 / 2018



(Membro da banca)



(Membro da banca)



Prof^ª Me. Raquel Mascarenhas

*Dedico este trabalho a minha família
e amigos, que de algum modo me
ajudaram ao longo da caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa cansativa e produtiva etapa de construção coletiva do conhecimento, tive a oportunidade de conhecer e contar com o apoio e carinho de pessoas incríveis, as quais gostaria de lembrar a importância que tiveram neste percurso da minha vida.

Primeiramente a Deus, aos meus familiares por todo apoio, sobretudo a minha mãe e ao meu pai, eternamente presente, que sempre me motivaram na busca por conhecimento, abrindo mãos dos seus sonhos para sonharem comigo.

Aos amigos de Cachoeira do Campo que deste a matrícula me ajudaram, valeu Marconi e Felipe. Aos demais que sempre ouviram minhas angústias e me proporcionaram muito momentos de descontração. Aos amigos que a graduação me deu, em especial a Camila, a Cristina e a Elisa, pelas confissões e ajuda.

Em uma cansativa rotina de ida e volta entre cidades gostaria de agradecer aos motoristas do coletivo, as caronas que ajudaram na economia do final do mês, até ao trocador Gilberto, que fez deste trajeto um momento mais alegre.

Ao meu companheiro de vida e incentivador Leonardo pelo carinho e tempo dedicado, e, principalmente, pela paciência nesta reta final.

Aos mestres que fizeram da minha caminhada um momento incrível de troca de saber, tanto em sala de aula, quanto fora dela, assim como a Adriane supervisora de campo que dividiu seu conhecimento e tempo comigo.

Em especial a minha orientadora Raquel Mascarenhas que foi uma peça chave na minha formação, me proporcionando a oportunidade de participar de vários espaços de aprendizado dentro da graduação, meu eterno agradecimento e afeto e pelo trabalho que construímos juntas.

*Como dois e dois são quatro
Sei que a vida vale a pena
Embora o pão seja caro
E a liberdade pequena
(Ferreira Gullar)*

CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NO BRASIL: uma análise contemporânea sobre a política de assistência social

RESUMO: Com base na pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho tem como objetivo central identificar as contra-reformas do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política. Considerando as crises políticas e econômicas que atravessam o país como manifestações da crise orgânica do sistema capitalista a partir da década de 1970. Acerca disso, de partida buscamos observar como essa tem afetado toda as relações sociais, principalmente, no que tange os processos de aprofundamento do empobrecimento da classe trabalhadora e, bem como, da estratégia hegemônica para seu enfrentamento, a internacionalização do combate à pobreza. A partir desse marco, aborda-se as particularidades desses processos no Brasil, em particular, dentro da política nacional de assistência social, observando sua historicidade. Assim, realizou-se a coleta de dados acerca das ações de contra-reforma, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em duas fontes: os sites do Governo do Planalto e do Ministério do Desenvolvimento Social. Além disso, afim de identificar algumas das resistências coletivas expressas na arena política, tem-se como fonte de coleta de dados os sites do Fórum Nacional de Secretários (as) do Estado da Assistência Social (FONSEAS), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS). Visto as análises obtemos as seguintes conclusões: identificamos cerca de cinco propostas de governo que demonstram os retrocessos sofridos pela assistência social as quais se correlacionam com os processos de flexibilização dos postos de trabalho; corte de gastos públicos principalmente nas áreas sociais; com a focalização dos serviços ofertados nos mais pobres; manutenção das políticas de transferência de renda; apoio e incentivo ao empreendedorismo e crescimento do terceiro setor; a publicação de medidas e programas como auto promoção do governo e do partido; retomada e crescimento do conservadorismo como a volta do primeiro damismo. Além disso, foram encontrados na análise da segunda parte da pesquisa oito documentos publicados pelas resistências onde por meio de cartas e notas as mesmas demonstraram o seu posicionamento contra o *impeachment* assim como as primeiras medidas do governo como a união dos ministérios e a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos gastos do Teto bem como a proposta de redução orçamentarias para 2018. Do mesmo modo com que recusa os retrocessos que a volta do conservadorismo na esfera política e social representam, se colocando a favor da luta e da manutenção e fortalecimento da democracia e dos direitos já conquistados.

Palavras-chave: capitalismo, crise, pobreza, assistência social.

ECONOMIC AND POLITICAL CRISIS IN BRAZIL: a contemporary analysis of social assistance policy

ABSTRACT: Based on the bibliographical and documentary research, the main objective of this work is to identify the counter-reforms of Michel Temer's government for the national social assistance policy, as well as the forms of collective resistance expressed in the political arena. Considering the political and economic crises that cross the country as manifestations of the organic crisis of the capitalist system from the 1970. On this point, we seek to observe how this has affected all social relations, especially in relation to the processes of deepening the impoverishment of the working class and, as well as the hegemonic strategy for its confrontation, the internationalization of the fight against poverty. From this milestone, the particularities of these processes in Brazil, in particular, within the national policy of social assistance are examined, observing its historicity. Thus, data collection on counter-reform actions was carried out, following the impeachment of President Dilma Rousseff in two sources: the sites of the Government of Planalto and the Ministry of Social Development. In addition, in order to identify some of the collective resistance expressed in the political arena, one has as a source of data collection the sites of the National Forum of Secretaries of the State of Social Assistance (FONSEAS), National Collegiate of Municipal Assistance Managers (CONGEMAS), National Council of Social Assistance (CNAS), National Forum of Workers of the Single Social Assistance System (FNTSUAS). In view of the analysis, we obtain the following conclusions: we identified about five government proposals that show the setbacks suffered by social assistance, which correlate with the processes of flexibilization of jobs; cutting public spending mainly in social areas; with the focus of services offered on the poorest; maintenance of income transfer policies; support and incentive to entrepreneurship and growth in the third sector; the publication of measures and programs as self-promotion by the government and the party; revival and growth of conservatism as the return of the first damismo. In addition, in the analysis of the second part of the research, eight papers published by the resistance were found in letters and notes, which showed their position against impeachment as well as the first government measures such as the union of the ministries and the approval of the PEC of Ceiling spending as well as the budget reduction proposal for 2018. Just as it refuses the setbacks that the return of conservatism in the political and social sphere represent, in favor of the fight and the maintenance and strengthening of democracy and rights already conquered.

Key words: capitalism, crisis, poverty, social assistance.

LISTA DE SIGLAS

- BC-** Banco Central
- BPC-** Benefício de Prestação Continuada
- BF -** Programa Bolsa Família
- BNDES -** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRF -** Brasil Foods
- CEAS -** Conselho Estadual de Assistência Social
- CF -** Programa Criança Feliz
- CFESS -** Conselho Regional de Serviço Social
- CIB -** Comissão Intergestores Bipartite do Estado
- CIT -** Comissão Intergestores Tripartite
- CNAS -** Conselho Nacional de Assistência Social
- CNDH -** Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- CNDI -** Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
- CNS -** Conselho Nacional de Saúde
- CNT -** Carteira Nacional de Trabalho
- CONADE -** Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa de Deficiência
- CONANDA -** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONGEMAS -** Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
- CRAS -** Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS -** Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CUT -** Central Única dos Trabalhadores
- DRU-** Desvinculação de Receitas da União
- EUA –** Estado Unidos da América
- FGTS-** Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FHC-** Fernando Henrique Cardoso
- FNTSUAS-** Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social
- FONSEAS-** Fórum Nacional de Secretários (as) do Estado da Assistência Social
- JBS-** José Batista Sobrinho

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MST- Movimento Sem Terra

NOB/ SUA - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PF - Polícia Federal

PMDB - Movimento Democrático Brasileiro

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT - Partido dos Trabalhadores

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DIRETRIZES DO GOVERNO	17
QUADRO 2 - FORMAS DE RESISTÊNCIA	17
QUADRO 3 - PERIODIODICIADADE DAS VISITAS	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	133
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	155
2 ENFRENTAMENTO DA POBREZA NA CONTEMPORANEIDADE	199
2.1 SOCIABILIDADE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL	199
2.2 CAPITALISMO NA CENA CONTEMPORÂNEA	25
2.2.1 Internacionalização do combate à pobreza	32
3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO	388
3.1 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO COMBATE A POBREZA NO BRASIL	388
3.2 REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E UMA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	444
3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	499
3.4 Crise no Brasil e impeachment	599
3.4.1 Impeachment e assistência social e análise de dados	666
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83

APÊNDICES

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema “a política social de assistência social brasileira na contemporaneidade”, visto os ataques e cortes que vem acontecendo nesta área. Os quais tornam esta política cada vez mais focalizada em um estereótipo de pobreza, restringindo os critérios de elegibilidade dos usuários e, conseqüentemente, fazendo com que menos tenham, de fato, o acesso a ela.

O interesse pelo tema advém do conhecimento adquirido ao longo da formação no curso de Serviço Social, tanto no curso de disciplinas quanto na vivência em alguns espaços de conhecimentos – como a inserção em monitoria de disciplina, curso de extensão, pesquisa de iniciação científica, campo de estágio – contribuíram não somente para o enriquecimento intelectual, mas para o despertar da reflexão crítica sobre o fato de que as mudanças políticas e econômicas e as formas de resistências a essas tem repercussão em todos os espaços da vida. Assim, ao analisar a conjuntura atual percebemos a necessidade de debruçar-nos sobre este momento histórico do cenário brasileiro.

Nesse sentido, tendo em vista a participação e a importância do assistente social nas políticas de assistência social, acreditamos que a pesquisa nesta área específica é um ponto importante, pois a análise da conjuntura social é uma das referências para realização do trabalho, logo, analisar tais transformações nessa política social tem impacto direto na atuação profissional. Isso, porque

A assistência social, espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais, foi reconhecida pela Carta Constitucional de 1988 como política pública, parte do tripé da seguridade social, ao lado da saúde e previdência. A municipalização das políticas públicas vem redundando em uma ampliação do mercado profissional de trabalho. Abriram-se novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, representando uma ampliação das possibilidades de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011, p.124)

Ademais, trata-se de um tema que, apesar de ser um campo de muita produção intelectual, apresenta vastas possibilidades de ser mais explorado levando a outras produções de conteúdo a partir de novas mediações. É, nesse sentido, que ao pensarmos no papel social desta pesquisa, elenca-se sua contribuição as frentes de resistências; como material de partida para estudo e análise sobre fatores políticos e sociais contemporâneos, os quais atingem diversas frentes de atuação do Serviço Social brasileiro. Podendo também ser usada como

base bibliográfica para outras pesquisas e estudos em torno desse tema, por se tratar de algo muito recente, que não se finda com esta pesquisa.

Diante a isso nosso problema de pesquisa é “quais as *contra-reformas* do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política? ”. A fim de alcançar respostas a essa indagação temos os seguintes objetos de estudo e objetivos:

Objeto:

As *contra-reformas* do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política.

Objetivo Geral:

Identificar as *contra-reformas* do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política.

Objetivos Específicos:

- Entender as bases do *modo de produção capitalista*, em particular seu processo de *crise* à partir da década de 1970, principalmente, no que tange os processos de aprofundamento do *empobrecimento* da *classe trabalhadora* e, bem como, da estratégia hegemônica para seu enfrentamento, a *internacionalização do combate à pobreza*.
- Elencar algumas das particularidades do processo de *internacionalização do combate à pobreza* em território brasileiro na contemporaneidade.
- Refletir acerca das *contra-reformas* do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política, de 2016 a 2018.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objeto e os objetivos do trabalho a escolha da metodologia se faz de suma importância. Assim, elenca-se o método materialista histórico-dialético de Karl Marx, em que, para o estudo do objeto central, iremos percorrer o caminho de aproximação, buscando ir além da aparência para alcançar à dinâmica e estrutura do mesmo (NETTO, 2011). Dessa forma, entende-se que esse oferece a base para compreensão do real, via a observação das três categorias centrais, que estão articuladas na dinâmica das transformações históricas. Sendo essas a totalidade, a contradição e a mediação, as quais nos são elucidadas por Netto (2011).

A primeira categoria a ser tratada, a totalidade, é vista como uma “uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p.56), ou seja, sendo um complexo de complexos, o objeto a ser analisado está envolto de múltiplas particularidades, que o constitui e o transforma.

A segunda categoria central está ligada a primeira como esclarece Netto (2011, p.57) “a natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade”; tendo em vista que a sociedade é posta de contradições inerentes a seu próprio modo de funcionamento, assim também há diversas que rodeiam os fenômenos.

Portanto, a mediação se correlaciona diretamente com a totalidade, visto que as relações não se dão de forma direta, mas perpassam por mediações que podem ser de forma interna e/ou externa (NETTO, 2011), logo, ela está presente em todos os níveis, em cada processo de transformação e ação.

Em relação as técnicas e aos instrumentos de pesquisa escolhidos para alcançar os objetivos específicos, destaca-se a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira se deu “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Assim, a pesquisa bibliográfica visou resgatar os fundamentos do modo de produção capitalista para entender o processo de internacionalização do combate à pobreza. Isso por reconhecer que essa é a totalidade que se configura como gênese da conjuntura mundial em que se dá a formação da assistência social como política social no

contexto do Brasil, a partir do processo de redemocratização que culmina na Constituição Federal de 1988. A partir desse percurso, expresso no segundo e terceiro capítulo, pensamos ser possível compreender algumas das particularidades brasileiras na contemporaneidade, para assim elencar algumas mediações que nos possibilite analisar o objeto de estudo proposto, inserido na totalidade da realidade social e imerso em um movimento de contradições. Para isso serão usados alguns dos livros, artigos e teses que expressão relevância central no debate desses conteúdos. Nesse sentido, foi utilizado como técnica de coleta de dados a leitura, porque “[...] apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que podemos identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar sua consistência” (LIMA; MIOTO, 2007). No qual teremos os seguintes passos metodológicos: identificação da obra; caracterização da obra; contribuições da obra para o estudo proposto; síntese integradora (LIMA; MIOTO, 2007).

Também foi utilizada a pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), é uma técnica para coleta de dados que nos permite obter os dados qualitativos e quantitativos, que não passaram por tratamento analítico. Desse modo, buscou-se obter dados qualitativos que possam expressar ações de contrarreforma do governo de Michel Temer acerca da Política Nacional de Assistência Social. Para isso, tem-se como fonte de dados o site do Governo do Planalto (<http://www2.planalto.gov.br/>) e do Ministério do Desenvolvimento Social (<http://mds.gov.br/>). Sendo, que, mais precisamente, foram coletadas notícias divulgadas nos respectivos sites no período de 12/05/2016¹ a 31/01/2018², que indicam mudanças retroativas nas política de assistência social em relação as leis, normatizações e ações governamentais pré-existentes.³

¹ No dia 12 de maio de 2016 o Senado aprovou, com 55 contra 22 votos, a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, afastando do cargo e instituindo Michel Temer, seu vice, como presidente interino.

² A data de referência para a coleta diz respeito a finalização do projeto de pesquisa que dá origem a esse trabalho de conclusão de curso.

³ Foram observados os seguintes documentos: Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional da Assistência Social (PNAS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Normas Operacionais Básicas (NOB's) e Tipificação Nacional dos. Serviços Socioassistenciais.

QUADRO 1 - DIRETRIZES DO GOVERNO

FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
1	DATA DA NOTICIA?	
	QUAL A PROPOSTA?	
	HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	
2	DATA DA NOTICIA?	
	QUAL A PROPOSTA?	
	HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	

Fonte: elaboração da autora

No que tange a reflexão em torno das formas de resistência coletivas expressas na arena política de 2016 a 2018, tem-se como fonte de coleta de dados os sites do Fórum Nacional de Secretários (as) do Estado da Assistência Social (FONSEAS), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS).

QUADRO 2 - FORMAS DE RESISTÊNCIA

FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
1	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	
	QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	
	A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	
2	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	
	QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	
	A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	

Fonte: elaboração da autora

Para a análise dos dados obtidos utilizamos os conceitos de Bardin (1977), passando por três processos: o de pré-análise dos dados, a da exploração do material e o de tratamento dos dados recolhidos e sua interferência e interpretação.

A pré-análise constitui “(...) um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p.95). Isto é, momento em que se deu a escolha dos documentos, que, após serem escolhidos passaram por uma preparação e seleção para a obtenção do que seria útil para o desenvolvimento do trabalho, alcançando seus objetivos.

Por conseguinte, a exploração do material “não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDINI, 1977, p.101). Assim, tendo realizado a escolha e feito sua seleção, conforme os objetos a serem respondidos, este passo consistiu em compilar os materiais passando por três etapas: de recorte, enumeração e classificação. Este processo de tratamento dos dados recolhidos permitiu a sua interpretação, possibilitando criar

quadros de resultados que facilitem a leitura dos mesmos, conforme expresso no terceiro capítulo.

Por fim, esse conjunto de procedimentos metodológicos nos possibilitou percorrer um caminho que se iniciou em setembro de 2017 e se finda em julho de 2018. Assim, nos foi possível apresentar um conjunto de sistematizações do objeto de estudo perseguido, isto é, a descrição e análise de algumas de suas determinações, que se tornaram mais do que pontos de chegada, pontos de partida para reflexão, como apresentamos a seguir.

2 ENFRENTAMENTO DA POBREZA NA CONTEMPORANEIDADE

Para nos debruçarmos sobre o contexto atual se faz necessário retornarmos no tempo e na história à constituição do sistema capitalista, o qual rege as relações sociais e econômicas. Para isso, utilizaremos referências ancoradas no marxismo a fim de elencar a relação entre as categorias de ser social, modo de produção capitalista e pobreza.

Desse modo, o primeiro momento apresenta a relação entre o desenvolvimento do ser social e a gênese do modo de produção capitalista. Para isso, tem como ponto de partida a compreensão da formação do ser social e sua relação com o trabalho; posteriormente, aborda as primeiras trocas até a formação da mercadoria como objeto de valor; e, por fim, apresenta a compreensão do modo de produção por meio da lei geral de acumulação capitalista. Neste movimento de contradições, concluiu-se com emergência da questão social, com foco em sua expressão no fenômeno da pobreza.

No segundo momento, dedica-se à compreensão do capitalismo em sua fase imperialista, observando em particular a fase contemporânea. Desse modo, busca-se compreender o advento da crise inerente ao próprio movimento do capital, que, diante a essa, busca formas para continuar a se manter por meio das medidas a seguir: neoliberalismo, acumulação flexível e mundialização do capital. Nesse sentido, em particular, como forma de gerir a generalização da pobreza em âmbito global, tem-se a emergência do processo de internacionalização do combate à pobreza.

2.1 SOCIABILIDADE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista não se faz presente na história da humanidade deste o princípio, na ampliação do ser humano para além de sua dimensão natural, visto que houveram outras formas de reger as relações humanas. Isto é, o que possibilita a fundação social de homens e mulheres é sua capacidade de produzir materialmente visando sanar suas necessidades, por via do trabalho. Logo,

O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser trabalha, constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana [...] (IAMAMOTO, 2006, p.42).

Isso porque, o ser social se constitui através do trabalho, de sua capacidade oriunda em modificar a natureza num processo, que por sua vez também é capaz de modificá-lo. Este processo possui dois lados que não se anulam: um objetivo, constituído pela matéria final, e outro subjetivo, momento que antecede e perpassa todo o processo do trabalho. Ou seja, a humanidade em um movimento duplo, induzido inicialmente pela necessidade objetiva, utiliza-se do trabalho, o qual é a atividade orientada para suprir e gerar um resultado material como objeto final. Segundo Barroco (2008, p.4), portanto, o trabalho

é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva, objetiva e subjetivamente, o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re)criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas.

Assim, em dado período histórico primitivo a humanidade passa a produzir mais do que o necessário para sua subsistência, passando a desenvolver o excedente. Este momento é de extrema importância, pois a possibilidade de acumular os frutos do trabalho leva à complexificação das relações humanas. Ou seja, “o surgimento do excedente econômico sinalizou historicamente um enorme desenvolvimento do processo de trabalho, graça ao qual a produção de bens ultrapassou as necessidades imediatas da comunidade” (NETTO, BRAZ, 2009, p.58).

Assim, tem-se a gênese das relações de trocas, inicialmente de produtos e, posteriormente, de mercadoria⁴. O avanço dessas relações, conseqüentemente, leva ao início do predomínio das relações comerciais e de exploração em meio à acumulação e formação do excedente de produção. Esse avanço expressa as mudanças no processo de trabalho que tem relação direta da progressão no desenvolvimento das forças produtivas⁵. Contudo, a mudança central está na relação com a natureza dentro do processo do trabalho, tendo em vista que este possui uma dualidade, onde no momento de transformação da matéria da natureza, o ser também sofre modificações (NETTO, BRAZ, 2009).

Além disso, tem-se a divisão social do trabalho, característica do próprio trabalho humano, sendo base do fundamento da produção de mercadoria. O avanço do capitalismo

⁴ Entende-se que os desenvolvimentos das relações sociais não passam de forma automatizada da “fundação do ser social” ao capitalismo, pois tem-se o primitivismo, feudalismo, outros modos de sociabilização anteriores a estuda. Contudo, iremos nos atentar a fundação do ser social e sua relação com a reprodução do capital para conseguirmos compreender as contradições atuais, tendo em vista os limites de tempo e espaço desse trabalho de conclusão de curso (NETTO, BRAZ, 2009).

⁵ As forças produtivas são os elementos que compõe o processo de trabalho, sendo eles composto pelos meios de trabalho, os instrumentos e objetos de trabalho, e a força de trabalho (NETTO, BRAZ, 2009).

manteve algumas características das divisões do trabalho anteriores, como a relação de gênero e raça, por certo até aprofundando-as, mas também criou novas.

Uma das principais divisões do trabalho na sociedade capitalista acontece entre o processo de alteração do modo de produção manufatureiro para o capitalista, visto que “A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho” (MARX, 2007, p.410), com esta mudança o capitalista passa a comprar a força de trabalho e a reter para si os meios de produção (MARX,2007, ou seja, por meio da divisão do trabalho o capital estabelece uma hierarquia entre um grupo que possui os meios de produção e o outro que fica subjugado e não os tem.

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre os seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence. A divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses [...] (MARX, 2007).

No processo histórico do capitalismo também ocorre a divisão do trabalho, por meio da separação entre o campo e o surgimento das cidades, assim conforme o trabalhador passa se tornar mais especializado em uma área do conhecimento, a divisão técnica do trabalho passa a distinguir as atividades entre mental/intelectual e física, como se uma sobrepusesse a outra, ou acontecesse de forma distinta. Contudo, apesar dessas divisões, cabe salientar que é por meio da divisão do trabalho que a espécie humana se torna ainda mais social, sendo esta a ação pela qual a humanidade desenvolve e cria suas potencialidades (NETTO, BRAZ, 2009).

Imersa a esse conjunto de transformações, tem-se a instalação da propriedade privada, mudando as relações até então estabelecidas da humanidade com a natureza e com o outro. Isso porque, uma parte da humanidade é desprovida dos meios de produção⁶, possuindo apenas a sua força de trabalho⁷. Assim, os homens e mulheres se veem obrigados a venderem suas forças de trabalho, para obter remuneração e garantir a manutenção e reprodução da vida (NETTO, BRAZ, 2009).

⁶ O qual é formado pelos meios de trabalho: os instrumentos, isto é, “tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar” (NETTO, BRAZ, 2009, p.58); e os objetos de trabalho, isto é, “tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano” (NETTO, BRAZ,2009, p.58).

⁷ Força de trabalho é a “(...) energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação das necessidades” (NETTO; BRAZ, 2009, p.58).

Essas mudanças – produção de excedente social, divisão social do trabalho, propriedade privada – alteram essencialmente as relações sociais, dispondo em lados opostos àqueles que são proprietários dos meios de produção e àqueles que são proprietários da força de trabalho. Os primeiros passam a comprar a força de trabalho dos demais e pagar por ela apenas uma parte do valor equivalente, um salário, que visa aproximar-se do mínimo necessário para a reprodução básica da força de trabalho, que, em suma, constitui-se agora como uma mercadoria:

(...) é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) e este último é maior que o primeiro (NETTO, BRAZ, 2009, p.100)

Essa parte não paga refere-se a mais-valia produzida pelo trabalhador assalariado, isto é, constitui-se pelo tempo excedente do trabalho, o qual o capitalista se apropria. Sendo assim, a produtividade do trabalho se intensifica na medida em que o trabalhador consegue transformar mais matéria-prima em matéria final, em um menor espaço de tempo. Dentro desse sistema a concentração é uma tendência fixa de acumular capital em proporções cada vez maiores, via a obtenção de maior valor, ou seja, maior extração da mais-valia, logo “[...] o aumento de capital em função de uma nova acumulação” (NETTO; BRAZ, 2009, p.141).

Para melhor compreensão se faz necessário esclarecer o papel da mercadoria e seu deslocamento da produção mercantil simples para a produção mercantil ampliada, posta no capitalismo maduro. A diferença é que, na reprodução mercantil simples, a mercadoria era destinada a um público restrito como exemplo a população de um feudo apenas. Porém com o crescimento do comércio o processo de circulação de produção de mercadorias expande assim como a busca por mercadoria cujas vendas poderiam ser simbolizada pela expressão: M-D-M⁸. Isto é, “os comerciantes se introduzem entre os produtores e consumidores – a circulação das mercadorias se torna mais complexa” (NETTO, BRAZ, 2009, p.82). Por outro lado, na reprodução mercantil ampliada, além da parte da mais-valia utilizada para pagar os gastos pessoais, tem-se outra parte destinada a ampliação da produção; seja através da compra de meios de produções (maquinário, matéria prima, tecnologia e outros) ou para a contratação de força de trabalho (mão-de-obra humana). Com isso a relação M-D-M, vista na relação mercantil simples, é alterada para D-M-D’, visto que parte da mais-valia é somada ao capital inicial, gerando um processo de acumulação.

⁸ M (mercadoria), D (dinheiro), M (outra mercadoria).

Nesta lógica a mercadoria se torna o núcleo mediador das relações sociais. Sendo que, segundo Netto e Braz (2009, p.90), “as mercadorias são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido”, ou seja, o valor da mercadoria é definido pelo tempo de trabalho humano nela empregada, que resulta no seu valor final. Entretanto um objeto só é reconhecido como uma mercadoria no momento que passa a ter, além de um valor de uso, um valor de troca (NETTO, BRAZ, 2009).

Essa ação de reprodução cria contradições próprias a este sistema. Onde a riqueza socialmente produzida através do trabalho, não é apropriada por todos, mas apenas por uma pequena parcela da população que detêm a propriedade privada dos meios de produção. Constitui-se aqui uma grande contradição desse sistema - capital e trabalho - por um lado o capital eleva as forças produtivas a um nível não visto anteriormente, mas por outro aumenta o cenário de pobreza e contradições nesta lógica. Isso porque, o capital traz consigo elementos para acabar com a pobreza, já existente, porém ele eleva esse problema na mesma proporção em que produz a riqueza. Ou seja,

Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que além, de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2011, p.153).

Assim, como a própria acumulação se apresenta como um salto histórico capaz de reduzir várias complicações humanas, contudo faz com que “o avanço da acumulação polarize, de um lado, uma gigantesca massa de valores e, de outro, uma imensa concentração de pobreza” (NETTO, BRAZ, 2009, p.138). Isto é, a lei geral de acumulação capitalista

(...) ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996, p.275).

A partir desse cenário de polarização, oriundo da própria lei de acumulação capitalista, temos a constituição da gênese da “questão social”⁹. Essa expressão, não é datada

⁹ Há uma divergência no uso da expressão “questão social” entre o uso europeu e uso no marxismo, o qual se faz relevante explicitar. Conforme Netto (2011, p. 44) no primeiro caso se relaciona “as características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada”, neste pensamento conservador a “questão social” é naturalizada. Já dentro da visão marxista, segundo o autor, a “questão social” “é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo” (2001, p.45), sendo que “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’” (NETTO, 2001, p.44). Para demarcar essa diferenciação o autor faz uso das aspas (“ ”) para referir-se ao segundo posicionamento, que também adotamos nesse trabalho.

de forma precisa, porém a indícios que ela tenha surgido no século XIX na Europa Ocidental, para tratar sobre a intensificação da pobreza, embora entendida de forma naturalizada. Deixando claro as diferenças criadas pelas desigualdades eminentes, constituindo-se a luta e o antagonismo de classes (NETTO, 2011).

Nesse sentido, segundo Iamamoto (2011, p.16), "A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem intermediação do Estado". Ou seja, a "questão social" arrasta consigo problemáticas anteriores ao capitalismo, como questões raciais e culturais, mas que nesse período são complexificadas e se tornam estruturais ao funcionamento desse modo de produção. Desse modo, o que se nomeia como expressões da "questão social" são as maneiras pelas quais essa se expressa. Isto é,

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formação regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Além disso, a "questão social" só é tomada como uma demanda política por parte do Estado no momento que esse começa a responder as reivindicações da classe trabalhadora; isso para manutenção e ordenamento social, como a rotina do trabalho;

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro (...). Começa a ocorrer o deslocamento do problema da desigualdade e da exploração da questão social, a ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.55).

As primeiras políticas passam a surgir, como estratégias do Estado em conter a revolta e desordem da população, o qual apresenta respostas às expressões da "questão social". Nesse sentido, no início de sua emergência, no final do século XIX, caracteriza-se por primeiras medidas mínimas e para uma pequena parcela da população, voltadas para os que estavam inseridos no mercado de trabalho, ocorrendo de forma gradativa e distinta entre os países. Posteriormente, sua generalização se dá após a Segunda Guerra Mundial, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista (BEHRING, BOSCHETTI, 2011). Portanto, compreende-se que "A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classe que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo [...]" (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 36).

A “questão social” e a política social, portanto, têm uma relação intrínseca, a gênese de ambas está na lei geral da acumulação capitalista, ou seja, no modo capitalista de produzir e reproduz as relações sociais. Isto é, como discutido por Behring e Boschetti (2011, p. 52) sobre a questão social, “(...) a sua gênese está na maneira que os homens vem se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos. O de constituição das relações sociais capitalistas- e que tem continuidade na esfera da reprodução social”. Diante esse entendimento marxista acerca da relação entre a lei geral de acumulação capitalista, a “questão social” e a política social, entende-se que

O desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, 2011, p.45).

Ou seja, as mudanças no desenvolvimento do capitalismo gera novas expressões da “questão social” que, no entanto, são advindas da mesma gênese – a lei geral de acumulação capitalista –, embora há autores que defendam a insurgência de uma “nova questão social” na contemporaneidade¹⁰. Nesse sentido, cada estágio do capitalismo produz expressões distintas da mesma “questão social”, que serão objetadas por ações distintas, dentre essas as políticas sociais, a depender da correlação de forças na luta de classes, como, por exemplo, o aprofundamento da condição de pobreza no capitalismo contemporâneo que veremos a seguir.

2.2 CAPITALISMO NA CENA CONTEMPORÂNEA

O capitalismo decorre em algumas fases, em ordem cronológica, segundo os autores Netto e Braz (2009) primeiramente a comercial ou mercantil, fase na qual a burguesia começa a surgir, juntamente com as relações comerciais. Neste momento encontramos as formações de monopólios comerciais estimuladas pelos interesses da monarquia, período de expansão por meio das navegações motivadas pela busca de especiarias, ou seja, “Se suas expedições rendiam lucros fabulosos deste a navegação de Vasco da Gama, envolvendo diretamente reis e rainhas, a exploração posterior ofertaria ganhos antes impensáveis aos seus promotores” (NETTO; BRAZ, 2009, p.73). Assim, esse processo acaba levando a conquistas

¹⁰ Autores como Castel (1998) defendem que a novas expressões sociais decorrentes de uma nova questão social, que nascem juntamente com as mudanças do capitalismo após da crise da década de 1970.

de territórios, expansão de fronteiras, de exploração; podemos dizer que aqui se inicia o processo de mundialização do capital e suas relações.

A partir deste período a burguesia, composta pelos pequenos comerciantes e mercadores, se destaca com um caráter revolucionário, se opondo a forma de regime vigente. Os marcos deste momento emblemático na história perpassam pela Reforma protestante assim como o Iluminismo, isso até o século XVIII, iniciando o século seguinte com o Estado Burguês que potencializa as formas produtivas, “trata-se do modo de produção capitalista” (NETTO, BRAZ, 2009, p.75).

Com a consolidação das relações capitalistas e o avanço das formas de produção por meio da Revolução Burguesa e do Estado moderno, as relações comerciais se expandem para as formações industriais, fase marcada pela invenção da máquina a vapor e conhecida como a Revolução Industrial, que aconteceu durante o século XVIII. Essas transformações nos leva a fase concorrencial do capital, consolidando-se pelos países com a dinâmica de urbanização e modernidade. Segundo Netto e Braz (2009, p.172), “A caracterização desse estagio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas”. Momento pelo qual a luta de classe se torna acirrada devido o avanço das forças produtivas e a substituição do trabalho vivo pelas máquinas (trabalho morto).

No decorrer das relações industriais tem-se as formações dos grandes monopólios. Fase de forte concorrência entre as indústrias assim como forte concentração econômica por pequenos grupos capitalista, que detinham o controlo do mercado. Ao longo desse processo os bancos também passam por uma subversão em seu papel, ofertam empréstimos, já que seu poder aquisitivo também aumentou de forma surpreendente, contribuindo para o “processo de centralização do capital” (NETTO, BRAZ, 2009, p 178). Assim, em meados do século XIX, nos encontramos no terceiro momento do capitalismo: o estágio Imperialista, em que reina o capital monopolista, consequência da junção do capital industrial com o capital bancário.

O imperialismo pode ser observado em três fases, sendo elas a: clássica, os anos dourados, e a contemporânea. A primeira decorre no momento de ascensão do imperialismo até a Segunda Guerra Mundial, período marcado pela divisão territorial do globo, conseqüentemente por guerras por territórios que impulsionam a indústria bélica. Isto é, segundo Netto e Braz (2009, p.185), “[...] a indústria bélica e seus negócios funciona como

um elemento de contenção das crises”. O que garante a continuação do modo de produção capitalista via modelo fascista. Portanto,

A modalidade fascista de intervir na economia para garantir as condições gerais da produção e da acumulação capitalista é conhecida; o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe em forte na indústria bélica; no limite, de que é caso exemplar a Alemanha hitlerista (Adolf Hitler, 1933-1945), avança para a ocupação de territórios, assalta suas riquezas e forças produtivas e brinda o capital com força de trabalho escravo [...] (NETTO; BRAZ, 2009, p.194).

Ao final da Segunda Guerra Mundial temos a segunda fase do Imperialismo conhecida como “anos dourados” que durou cerca de trinta anos, período no qual a economia de alguns países alcançou um crescimento nunca visto anteriormente. Alguns traços importantes para a história do capital tiveram início nesta fase, como a abertura ao crédito ao consumidor, a questão da inflação e o crescimento do setor de serviços. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais. Contudo os anos de ouro chegam ao fim e o capitalismo entra novamente em um ciclo de crise na década de 1970, colocando a necessidade de reorganização desse modo de produção.

Por último temos a fase contemporânea do Imperialismo no final do século XX, em que os monopólios continuam a reinar, porém mediante a mudanças nas políticas de Estado, que passam a atacar e reprimir o poder dos sindicatos; na organização da produção, que passa ser mais flexível, deixando para trás o modelo rígido e adotando a reestruturação produtiva; na consolidação da liberalização e financerização das economias nacionais – transformações que objetivam a criação de novas formas de explorar a força de trabalho, aumentar a taxa de lucro, e continuar a manutenção da reprodução capitalista (NETTO, BRAZ, 2009).

Sendo assim, como uma saída para a crise, o capital se vê obrigado a fazer uma transformação no padrão de produção e acumulação fordista¹¹, nomeada por David Harvey (1992) como acumulação flexível. Esta por sua vez trouxe mudanças rápidas ancorada em uma flexibilização dos espaços de trabalho, vindas com a reestruturação produtiva, as quais levam a abertura e expansão massiva do setor de serviços ou terceiro setor. A abertura desses

¹¹ O modelo fordista deve início em torno de 1914 com Henry Ford, suas características eram a produção em massa de mercadorias, redução no tempo das operações e aumento no ritmo da produção, trabalho fragmentado, a produção em série. O uso da esteira na linha de produção assim como o cronometro foram símbolos do fordismo (HARVEY, 1992).

espaços cria um controle maior para o empregador sobre a sua força de trabalho, tendo em vista que as resistências sindicais se encontravam enfraquecidas pela pressão sofrida por meio do Estado.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subdesempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1992, p.143)

Passamos a ter na reestruturação produtiva novos mecanismos de organização e gestão que visão a intensificação da produção através do incremento tecnológico. Isso diminui o uso de trabalho vivo, acirrando a concorrência por postos de trabalho e a demanda por trabalhadores como maior qualificação e polivalentes, ou seja, que desenvolvam mais de uma função ou habilidade com grande qualidade e especificidade. Com essas alterações no mundo do trabalho, cresce o desemprego e, conseqüentemente, os trabalhos informais e precários, como pequenos negócios, impulsionados pela ideia do empreendedorismo, e das atividades domésticas e manuais, como os artesanatos (HARVEY, 1992).

As alterações também ocorrem no plano subjetivo, como a forma de reconhecimento do trabalhador e envolvimento dele com o espaço de trabalho. Nesta lógica o trabalhador passa a ser encarado como um membro de uma grande família, equipe, um “cooperador”, com o intuito de enfraquecer a consciência de classe (NETTO, BRAZ, 2009).

No campo da organização da economia, como reestruturação tem-se o processo de mundialização do capital que reflete o crescimento do capitalismo monopolista, juntamente com as importações e exportações entre os países. Aqui o capital não ratifica fronteiras, sua expansão é global, com isso amplia-se as taxas de concorrências e os conflitos. Assim como a globalização do capital, não significou um salto na desigualdade de classes, mas o contrário uma intensificação entre os polos sociais, aumentando as desigualdades; como aponta o autor “Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente” (CHESNAYS, 2018, p.12).

Esse processo é resultante da superacumulação, tendo sua razão essencial segundo os autores na “queda das taxas de lucros de investimentos industriais registrada entre os anos setenta, oitenta e meados dos anos noventa” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 239). Todavia esse processo de mundialização na atualidade tem suas bases fortalecidas não apenas sobre o

mundo econômico como sua influência nas relações políticas, sendo a última de suma importância para a realização de diversas negociações econômicas, diz respeito a dominação política do capital, muito bem realizada pelos Estados Unidos da América (EUA) (CHESNAYS, 2018). Assim,

As formas concentradas de dinheiro buscando investimentos financeiros vantajosos, devem, ao mesmo tempo, atrair incessantemente liquidez acrescida para os mercados financeiros onde acontecem as operações mais numerosas e mais vantajosas, desdobrando-se mundialmente para se inserir em mecanismos locais de captação de frações de valor e de mais-valia – ou de “riquezas” (...) (CHESNAYS, 2018, p.18).

Logo, a generalização da junção do capital bancário e o industrial¹² é uma das fortes características da mundialização do capital, originando o capital financeiro e consolidando o processo de financerização da economia.

Assim, uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Gradativamente, os industriais só vão ter acesso ao capital por intermédio dos bancos, e estes, por sua vez, serão obrigados a depositarem continuamente seus investimentos na indústria (MOTA, 1995, p.110).

Uma expressão profunda desse processo de financerização se dá com o capital fictício parasitário, dinheiro que não tem vínculo, é totalmente especulativo, está ligado a compra e venda de títulos, a bolsa de valores. Por não ter lastros, esse capital fictício, causa uma desestabilidade, um desequilíbrio na economia, aumentando as dívidas externas e internas dos países, principalmente os de capitalismo periféricos que seguem as cartilhas e normas do banco mundial.

O capital fictício, como vimos, tem um movimento independente do capital industrial e seu crescimento se explica por diferentes circunstâncias. Dentro de certos limites, o volume do capital fictício não compromete substancialmente a lógica da acumulação do capital industrial e a sua trajetória. Ultrapassando esses limites surge a possibilidade de descontrole (...) (CARCANHOLO, NAKATANI, ANO p.314).

Adiante, no que tange a organização do Estado tem-se a hegemonia das ideias neoliberais, que obtiveram destaque no pós-segunda guerra-mundial. O chamado ideário neoliberal se apresenta, segundo Maranhão (2009), em três planos. O primeiro pelo doutrinamento, onde os produtores de ideias passam a consolidar o pensamento neoliberal anteriormente a Segunda Guerra Mundial, onde “a crença liberal na capacidade civilizatória

¹² Assim, o capital industrial, entendido como síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial), é o mesmo conceito de capital, mas em um nível mais concreto de análise. Mesmo assim o conceito de capital industrial não é capaz de dar conta de toda a complexidade da realidade concreta (CARCANHOLO; NAKATANI, p.309).

do mercado e no seu vínculo natural ecoavam nesses primeiros trabalhos” (MARANHÃO, 2009, p.14). Já a segunda fase ainda no século XX é encontrada na Universidade de Chicago onde os estudos sobre a teoria do capital humano começa a ser desenvolvida, a terceira fase se desenvolve na escola de Virginia nos anos de 1957, os estudos se centravam em

(...) analisar a política, a história, o comportamento social e político, as estruturas legais e constitucionais. Com base no racionalismo de meios e fins do pensamento econômico, entendia-se que o motor da ação humana é a maximização de seus interesses próprios (MARANHÃO, 2009 p.16)

Estas ideias encontram-se ligadas a acumulação flexível, a privatizações, a retirada do controle do Estado, predomínio da prestação de bens e serviços, desregulamentação das relações de trabalho. Como define Antunes (2008, p. 194):

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando uma reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

O neoliberalismo busca com sua ideologia romper as limitações que restringiam o movimento do capital, atingindo em primeiro lugar o Estado que era visto como “[...] um trambolho anacrônico que deveria ser reformado [...]” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 239). O papel do Estado no neoliberalismo se torna, segundo Harvey (2008, p.5),

[...] criar e preservar uma estrutura institucional apropriada (...) tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da política e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento do mercado.

A reforma do Estado levou a uma desregulamentação do mercado, caminhando há uma contrarreforma desse órgão normativo. Na busca de “aliviar” o Estado passa-se a transferir a responsabilidade para os órgãos privados, os quais começam a adentrar os espaços de gestão e gerenciamento das políticas públicas (MARANHÃO, 2009).

Os caminhos para a implementação das ideias neoliberais a fim de reestruturar a máquina estatal, se deu por meio da amarra do sistema de dívidas públicas, pelo qual o processo de financierização se estabelece. Assim tem-se as series de privatizações e a desregulamentação dos mercados, as quais ocorreram de forma muito rápida e avassaladora principalmente sobre os países latinos, em busca de superávits primários. Como bem salienta Mauriel (2009, p.48) “[...] ações envolve privatizações em setores que fornecem produtos ou

serviços básicos para os mercados internos e que tendem a ser assumidos por firmas estrangeiras, com acesso facilitado legalmente via Estado”; fortalecendo assim o vínculo de dependência desses países com o EUA, seja pelo domínio monetário, ou de tecnologia.

Contudo o objetivo do neoliberalismo não é propriamente a diminuição do Estado e sim, a redução das funções do mesmo, sendo um Estado mínimo para o trabalho, e ampliado para o capital. O que segundo Netto e Braz (2009, p.227) seria: “A ideologia neoliberal sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia”.

As mudanças nos ciclos do modo de produção capitalista, representadas didaticamente nas fases descritas, não expressam uma análise etapista de maior desenvolvimento, mas, sim, emergem historicamente como consequências de grandes momentos de depressão. Isto é, o capital ao longo dos anos sofreu mudanças às quais não perpassaram sua estrutura fundamental, mas fortaleceram e mantiveram a lógica do sistema como estratégia de superar um período de crise e declínio das taxas de lucros, as quais são inerentes do próprio sistema capitalista. Como bem coloca Netto e Braz (2011, p. 167), “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”. As crises como já apontado no texto, são algo inerente do próprio capital, dessa forma as crises perpassam todo o modo de produção capitalista, chegando até o século XXI.

Portanto, as crises são tomadas por um momento de depressão seguida da retomada da taxa de crescimento exponencial, dentro um ciclo econômico (NETTO, BRAZ, 2006). O que pode variar nessas crises cíclicas do capital é o seu tempo de duração e seus impactos, portanto,

[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinâmicos cruel de sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2011, p.795).

Assim, dentro dos períodos de ampliação, alargamento ou estreitamento do capital, há indicações do próximo passo do sistema, os quais são ditos como possibilidades para aumento de acumulação e de maiores taxas de lucro. Ou seja,

É através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas

nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção (GRESPLAN, 2012, p. 233).

Diferentemente das crises que assolavam as sociedades anteriores, as crises¹³ na sociabilidade do capital advém do processo de incompatibilidade entre forças produtivas e relações de produção, que se dão a partir dos saltos tecnológicos, que por sua vez alteram a composição orgânica do capital¹⁴, ou seja, no momento em que a os meios de produção avançam e se tornam cada vez mais mecânicos e tecnológicos; se tem por outro lado menos uso do trabalho vivo aplicado. Desse modo, as crises dentro da ideologia burguesa, são vendidas como momentos de aprendizados, superação e empreendedorismo. Entretanto, entende-se que ela expressa um movimento de autocontradição do capital, fundada na contradição fundamental que, segundo os autores Netto e Braz (2009, p.163), seria “a contradição entre a produção socializada e a apropriação privadas”.

Embora as crises perpassem e façam parte do capital, até o momento elas não foram capazes de dar fim a este sistema. Ao contrário, impulsionaram um conjunto de transformações, verdadeiras adaptações, que, na contemporaneidade, se materializam na acumulação flexível, mundialização e neoliberalismo. Essas resultam no aprofundamento do desemprego estrutural e redução das polícias sociais, cenário que se contrapõe a fase dos anos de ouro, caracterizada pelo pleno emprego e pelo *Welfare State*. Logo, tem-se a generalização da pobreza e de seu combate em um nível mundial, na tentativa de gerir a dissolução passiva do modo de produção capitalista (MASCARENHAS, 2014). Ou seja, diante a barbárie do capitalismo tem-se um conjunto de estratégias para gerenciar a perpetuação do modo de produção capitalista, dentre essas a internacionalização do combate à pobreza, como veremos a seguir.

2.2.1 Internacionalização do combate à pobreza

No momento de pós Segunda Guerra Mundial, fecunda de transformações tanto na forma da produção material como também no âmbito das relações entre as nações, a

¹³ Dentro da história do capital se conta inesgotáveis crises, as quais através do processo de globalização passa a afetar vários países, como um efeito dominó. A maior crise registrada foi em 1929, conhecida como a “Grande depressão”, onde a quebra da bolsa de valores de Nova York teve consequências dramáticas na economia mundial, levando a aumento da taxa de desemprego, recessão econômica, queda dos lucros, mortes/suicídios devido à falência de vários empresários.

¹⁴ A composição orgânica do capital é constituída pela relação variável entre a composição orgânica e a composição valor “ Essa relação varia conforme os diversos ramo industriais, assinalando o maior ou menor grau de mecanização/ automação das empresas, e varia também historicamente, segundo a crescente aplicação dos avanços científicos à produção” (NETTO, 2011, p.102).

globalização¹⁵ passa a ser um fator ainda mais presente, onde os países centrais passam a influenciar o modo de vida, os conceitos, a política e as relações sociais e fiscais dos países periféricos. Como podemos exemplificar com o Consenso de Washington de 1989, o qual é emitido como uma “cartilha” de recomendação aos países para se adequarem ao modelo neoliberal; sendo implementado com a ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial (MAURIEL, 2009, p.45).

Essas duas agências, FMI e o Banco mundial, tem um papel importante no que se trata de promover o capitalismo americano, funcionando com ferramenta para aplicação dos desejos desse país sobre os demais. Segundo Mauriel, até o início dos anos de 1960 o FMI desempenhava as atividades voltadas as “políticas monetárias, fiscais, de dívida externa e cambiais de curto prazo”, enquanto o Banco Mundial “concentrava nas prioridades em matéria de inversão de gastos públicos, eficiência no uso de recursos e políticas de preços a médio prazo” (MAURIEL, 2009, p 23).

Porém, a autora adverte que, a partir do final da década de 60, há uma inversão dos papéis “O Banco assume papel de destaque na busca de mecanismos para administrar a crise” (MAURIEL, 2009, p 23). Assim, a atuação do banco se amplia e não se prende apenas a área financeira, mas atua sobre as problemáticas do mundo produtivo, se colocando a pensar sobre questões como “(...) à pobreza, à injustiça, ao desemprego e a outros problemas relacionados aos países do terceiro mundo” (MAURIEL, 2009, p 23).

Paralelamente, nos anos de 1960 e 1970, as teorias de crescimento econômico e progresso eram direcionadas à América Latina, buscando apontar as transformações da economia agrícola para industrial como meio de desenvolvimento através do investimento do Estado, como aponta Maranhão (2009, p.30):

Como nos países “subdesenvolvidos”, a iniciativa privada não era bem desenvolvida, o apoio do Estado era fundamental no investimento da infra-estrutura básica – educação, transporte, energia – para garantir o cumprimento das etapas do desenvolvimento econômico.

Para implementar esse direcionamento, na tentativa de vencer a condição de países subdesenvolvidos, os países periféricos tomam empréstimos com o Banco Mundial, o

¹⁵ Defende-se que, “Assim, na nossa concepção, a fase atual de globalização no capitalismo constitui a fase de predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva e da consequente exacerbação da concorrência entre os grandes capitais produtivos que operam no âmbito internacional” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2012, p.305).

qual tem como maior patrocinador os EUA. Entretanto, juntamente com os empréstimos as condições do Banco indicavam que “deveriam estar garantidos a diminuição da inflação, a resolução do déficit na balança de pagamentos (via aumento das exportações industriais e agrícolas, e sua diversificação) e o aumento da arrecadação do governo” (MARANHÃO, 2008, p.35).

Desse modo, os países da América Latina foram passando sua autoridade de decisão para representatividades internacionais, desencadeando uma série de mudanças econômicas, as quais carregam consigo desafios as condições do mundo de trabalho. Isso porque, seguir as recomendações do Banco Mundial – adensadas as mudanças ocasionadas pela acumulação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo – provocam um verdadeiro aprofundamento no empobrecimento da população desses países (UGÁ, 2004).

Esse movimento, portanto, levanta novas questões para o enfrentamento da pobreza. Visto que nesse momento histórico o pauperismo tomou tamanha proporção, sendo reconhecido como um fenômeno global, que precisa ser combatido numa lógica ideológica de naturalização da pobreza, de individualização, e causalidade, as propostas de intervenções passam a aparecer por meio do controle social, na ideia de conter os pobres, sendo ditadas pelo Banco Mundial e o FMI (ALAYÓN, 1995).

Com isso se instaura a partir dos anos 80, um combate contra a pobreza em âmbito mundial, mas principalmente nos países da América Latina, que será nomeado por Mauriel como a “internacionalização do combate à pobreza”. Essa “[...] expressa mais um conjunto de iniciativas orquestradas internacionalmente pelas organizações econômicas multilaterais do que um grupo de mecanismos pontuais de enfrentamento da questão social concebidos separadamente em escala nacional” (2009, p. 64). Sobre esse processo, Mascarenhas (2014) aponta que o combate à pobreza primeiramente se preocupa em definir, depois compreender e dizer o que são as causas do fenômeno, e por fim deixam uma cartilha de políticas sociais a serem seguidas para combatê-la; como observado nos Relatórios emitidos pelo Banco Mundial (MASCARENHAS, 2014).

Acerca desses, o relatório de desenvolvimento humano de 1990, a pobreza seria avaliada pelo quesito renda, sendo uma escolha individual, “consequentemente, a pobreza acaba sendo vista como um fracasso individual daquele que não consegue ser competitivo” (UGÁ, 2004, p. 60). Já nos relatórios de desenvolvimento humano de 2000-2001, posteriores

“considerou-a um fenômeno multifacetado, decorrente de múltiplas privatizações produzidas por processos econômicos, políticos, sociais que se relacionam entre si” (UGÁ, 2004, p.59). Atualmente, portanto, “[...] além da forma monetária de pobreza, ela é considerada como ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco” (UGÁ, 2004, p.59).

Em sumas, essas elaborações são construídas por intelectuais, dentre esses Amartya Sen¹⁶, que define a pobreza como a privação das capacidades, sendo necessário a expansão das capacidades humanas para superá-la. Então nesta lógica, a causa da pobreza está ligada a falta de recursos seja eles naturais, sociais, estruturais ou físicos (MASCARENHAS, 2014).

Diante a essas definições de pobreza, o Banco Mundial apresenta ações para sua superação em dois sentidos. A primeira estratégia traçada pelo Banco Mundial é “identificar políticas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter rendimentos” (UGÁ, 2004, p.58), ou seja, fazer com que o indivíduo deixe a condição de pobreza através das relações de mercado, obtendo, assim, mercadorias e serviços que promovam o seu bem-estar. A segunda estratégia tange aos serviços ofertados pelo Estado, aos pobres, para que esses com o mínimo necessário possam desenvolver as capacidades para serem competitivos e adentrarem nas relações de mercado. Isto é,

No relatório de 1990, portanto, percebe-se que o indivíduo integrado ao mercado define-se pelo fato de possuir “capital humano” (educação e saúde). Aqueles que não são munidos desse tipo de capital são incapazes de atuar no mercado, ou seja, não conseguem ser autônomos para competir com os outros. Esses indivíduos configurariam a definição de “pobres”, com os quais o Estado deve preocupar-se, compensando-os com suas políticas sociais focalizadas de aumento de capital humano (UGÁ, 2004, p. 59).

As políticas sociais, por sua vez, devem ter o orçamento reduzido e passam a orientar o planejamento familiar, o emprego, ou seja, a enquadrar o pobre em um padrão de conduta e de comportamento – sendo em suma um enfrentamento moral à pobreza (MASCARENHAS, 2014). Como uma maneira de conter os pobres, podendo ser visto até como um “investimento em segurança” (ALAYÓN, 1995, p.130). Portanto, a partir do

¹⁶ Amartya Sen foi um economista que ajudou a desenvolver o índice de desenvolvimento humano, deve grande reconhecimento chegando a ganhar até mesmo o prêmio Nobel. Uma de suas teorias é baseada na lei de desenvolvimento da potencialidade, onde o ser é responsável por sua condição social. Sendo assim a pobreza seria a privação de liberdade ao sujeito, o que impede de desenvolver suas capacidades básicas, essas devem ser oferecidas pelo Estado até que o sujeito possa conseguir se realizar por meio do mercado (MASCARENHAS, 2014).

momento que definimos a pobreza, definimos, conseqüentemente, os pobres, que são o público alvo das políticas sociais. Nesse sentido, observa-se que o movimento predominante é a focalização, por meio de um afunilamento desse público alvo, através de critérios rigorosos e fiscalizadores para definir o que é a pobreza e quem é pobre.

Com isso o processo de internacionalização do combate à pobreza só contribui para a falácia do seu fim dentro do modo vigente, visto que ela é intrínseca ao processo de acumulação capitalista, já abordado no capítulo anterior. Portanto, as ações desenvolvidas são de minimização do problema não ao seu fim, o qual culminaria no término desse modelo de produção e reprodução da vida social.

Portanto a assistência social em meio a cena contemporânea é posta como um instrumento de controle da barbárie, a qual se intensifica no movimento de “(...) incompatibilidade entre a produção e desenvolvimento das forças produtivas” (MASCARELHAS, 2012, p. 299), e necessita ser controlada, já que pode representar uma problemática para a conservação da reprodução do capital. Isto é,

A “gestão da barbárie” é tarefa necessária para o não desencadeamento do processo de revolução e vem sendo executada de forma consciente pela classe burguesa dominante através dos Estados nacionais via extermínio (encarceramento, assassinatos, mutilações, etc.) e despolitização da classe trabalhadora - através de diversos mecanismos (a difusão midiática da cultura do consumo, da crença na educação como mobilidade social, a criminalização da pobreza, etc.), entre eles a oferta de serviços e benefícios assistenciais (MASCARENHAS, 2012, p.300).

Além disso, a moralização da pobreza também é um instrumento importante quando tratamos das estratégias de enfrentamento a pobreza e o controle da barbárie. A culpabilização do ser pela sua condição de vida humana é uma ideologia fortemente trabalhada, visto que os sujeitos têm condições iguais para buscar desenvolver suas capacidades e conseguir se tornar competitivo no mercado de trabalho, ideias baseadas nas obras de Amartya Sen. Com isso temos o aumento do número de programas de capacitações ofertados a população mais pobre, criando uma mão de obra capacitada para enfrentar o exército industrial de reserva. Assim, no marco da internacionalização do combate à pobreza,

[...] compreende-se a pobreza como originada nos próprios indivíduos, vistos, em última análise, como os responsáveis por essa condição, já que incapazes de enfrentar exitosamente o mercado, em geral, e o mercado de trabalho, em particular. Ao considerar que eles trazem essa falta – de capacidade – como marca distintiva fundamental, o combate à pobreza almeja preencher esse vazio, isto é, capacitar os pobres e inseri-los, de modo bem-sucedido, no mercado e, assim, na própria sociedade capitalista (MASCARENHAS, 2014, p.49).

Portanto, a ideia de que a pobreza seja a falta de capacidades humanas desenvolvidas funciona muito bem como uma ideologia maçante levantada pelas classes dominantes, naturalizando todo o processo das relações do homem/mulher com a natureza e com o outro (a) ser humano (MASCARENHAS, 2014).

Neste sentido podemos perceber as estratégias de enfrentamento da pobreza por meio das políticas sociais, que resulta em uma assistência social dedicada a uma fragmentação da população, no caso aos mais pobres, tendo como objetivo garantir os mínimos necessários para sua manutenção e reprodução básica. Estratégias que são claramente notadas no contexto da política nacional de assistência social, que será aprofundada no próximo capítulo.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

Este capítulo objetiva abordar um conjunto de mediações que possibilitem situar o objeto de pesquisa – as contra-reformas do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, bem como as formas de resistências coletivas expressas na arena política” – no bojo do capitalismo contemporâneo a partir da observação das particularidades desse em território brasileiro.

Para isso, primeiramente, observaremos o processo da *internacionalização do combate* da pobreza no Brasil e a nova Constituição Federal em 1988, que figura como um novo marco para a seguridade social, em especial, para a assistência social. Adiante abordaremos a coleta e a análise dos dados obtidos em torno das diretrizes do governo de Michel Temer entre maio de 2016 até janeiro de 2018 e as formas de resistências expressas na arena política.

3.1 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO COMBATE À POBREZA NO BRASIL

O processo de aprofundamento da pobreza se torna global a partir de 1970, onde as transformações das esferas econômicas e políticas elevam a problemática a um nível nunca visto antes; o que alguns autores apresentam como a “globalização da pobreza”. Isto é,

Essa liberdade do capital, fruto da mundialização financeira, tem impacto na situação subalterna de países periféricos como o Brasil. Depois de décadas de governos neoliberais, o próprio desenho da política macroeconômica nos países periféricos – com a liberação do câmbio, as altas taxas de juros, a falta de crescimento e a hegemonia do capital financeiro- contribuem para o incremento e a ampliação da superpopulação relativa, jogando na ociosidade forçada uma quantidade significativa de trabalhadores (MOTA, 1995, p.120).

Dentro do processo histórico, o controle da pobreza vem para a manutenção da ordem, e ganha força. Como aponta Mascarenhas (2014), o empobrecimento profundo impulsiona a expansão dos movimentos de contestação nos países subdesenvolvidos, principalmente da América Latina; o que se configura em um cenário de disputa ideológica e política de estratégias de combate à pobreza, sendo dominantes as que culpabilizam o sujeito. Isto é, como explícita a autora

Coerentemente, consideramos o conjunto de ações atualmente direcionados a pobreza como estratégia, para promover a manutenção da ordem do capital. Almejamos, como termo estratégia, anunciar uma compressão distintamente crítica

das noções de “alívio à pobreza”, “combate à pobreza”, “erradicação da pobreza”, e “redução das desigualdades” (sob o capitalismo) (MASCARENHAS, 2014, p. 53-54).

O enfrentamento a pobreza vem se dando por meio do enfrentamento da “questão social”, mediante diversas ações colocadas pelo Banco Mundial e o FMI, os quais apontam quais as medidas necessárias para controlar a pobreza e pacificar a população. Com isso a ação do BM sobre os países subdesenvolvidos e em processo de crescimento, assim como o Brasil passou a atuar com suas influências sobre os governos e suas formas de aplicar as políticas sociais; as quais passam a ter um caráter focalizado e assistencialista. Alguns exemplos de políticas: “(...) complementação da renda temporária, iniciativas de educação, treinamento e orientação para emprego, atenção à saúde, e ao planejamento familiar e crédito e incentivo ao ‘empreendedorismo’- características que são o cerne das políticas sócias de ‘nova geração’” (MASCARENHAS, 2014, p. 57).

O Brasil em sua formação sócio-histórica enquanto um país dependente em relação ao capital internacional, desde a colônia até a República, como é exposto por Mascarenhas (2014, p.73): “sua formação sócio-histórica expressa internamente o desenvolvimento desigual e combinado, característico do modo de produção capitalista, em que o arcaico convive com o moderno”. O país com imensas riquezas naturais sempre se viu muito explorado, sendo um produtor dedicado a exportação deste o pau-brasil, o café e suas riquezas minerais. Um país extremamente desigual, onde a internacionalização do combate da pobreza emerge.

Em meados dos anos de 1980 o país enfrenta um processo de ditadura militar, em um contexto histórico onde se encontrava dois posicionamentos distintos quanto ao rumo da nação; por um lado um engajamento em torno de um ideal nacionalista e de outro as ideias neoliberais. Além das problemáticas políticas, também havia diversas dificuldades no campo econômico, onde as altas taxas de inflação dominavam o cenário.

Em 1988 a Constituição federal veio em um processo de luta e redemocratização do país, firmando direitos, e traçando rumos para a seguridade social, um grande avanço da classe trabalhadora. Nesta mesma década a popularidade do candidato a presidência de Inácio Lula da Silva aumentava, ficando em segundo lugar nas eleições, perdendo para Fernando Collor de Melo; que, em 1992, sofreu impeachment. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) vence as eleições, deixando Lula em segundo lugar, e se elege como novo líder do país

dando continuidade ao Plano Real. Assim, “o fato é que o governo FHC se configurou como um ‘cavalo de Troia’ para a maioria dos trabalhadores brasileiros, devido ao ‘desastre social’ que acarretou ao Brasil” (MASCARENHAS, 2014, p. 75).

Nesse sentido, pode-se destacar que, durante o governo de FHC, a assistência social foi desenvolvida aquém da carta magna de 88, sendo tratada por meio das parcerias entre público e privado e o voluntariado, onde tínhamos programas como o Bolsa-escola um programa de transferência de renda; o vale gás; a bolsa alimentação. Essa restrição na política social decorre dos norteammentos neoliberais, o qual levou a uma série de mudanças nas relações do Estado como a diminuição dos gastos com os serviços sociais e em outras áreas para o pagamento da dívida pública. Assim,

(...) o Plano Real ratificou a histórica inserção passiva do Brasil no capitalismo mundial, promovendo uma desestruturação sistêmica da economia nacional, restringindo seu crescimento interno e ocasionando uma inédita vulnerabilidade externa (MASCARENHAS, 2014, p. 76).

Além disso, no ano de 1995, o Plano Diretor da Reforma do Estado é formulado como uma reorganização da estrutura da administração pública, isso baseado na “justificativa de que a crise brasileira seria uma crise fiscal do Estado, caracterizada pelo déficit público, poupanças públicas negativas, dívidas interna e externa, falta de crédito do Estado e baixa credibilidade do governo” (MASCARENHAS, 2014, p. 77).

Sendo assim o Estado brasileiro passa a minimizar suas responsabilidades sociais diante a possibilidade de maximizar suas alianças econômicas, entramos em um processo de contra-reforma. Conforme estabelece Behring (2008, p.213), a contra-reforma “se trata de um projeto e um processo que, na verdade, parecem desprezar mesmo os mecanismos mais elementares da democracia burguesa”.

Isso porque, a Constituição havia sido firmada a pouco sobre as garantias sociais e avanços para os trabalhadores e logo já enfrentava um processo de sucateamento antes mesmo de efetuar-se por completo. Portanto, a contra-reforma encontrava-se alinhada com as diretrizes para as políticas sociais do Plano Real, a qual “impactou diretamente a relação do Estado com a sociedade, com danos diretos nas condições de vida da classe trabalhadora e na oferta de serviços públicos, em especial na formulação e execução das políticas sociais” (MASCARENHAS, 2014, p. 78-79).

No processo de transformações das políticas públicas acabamos voltando ao modelo de filantropia dentro das políticas públicas, o que aumentou visto o descaso do Estado com este campo. Por outro lado, também caminhamos para o modelo de americanização das políticas, a qual enxerga os usuários como um consumidor, que deve ter acesso a elas via mercado. Com isso entramos em um processo de privatizações de serviços que outrora eram disponibilizados pelo Estado, como os planos de saúde e de previdência privada, e de outro lado, o aumento dos programas de transferência de renda.

No Brasil a política de combate à pobreza entra em ação a partir de 1990, onde as ações se alinharam a internacionalização do combate à pobreza, levando os programas de assistência para uma linha de focalização e restrição aos mais pobres, não indo de encontro as desigualdades ou mexendo na estrutura através de investindo em educação, mas se concentrando em programas de transferência de renda. Nesse sentido, por fim, podemos dizer que a década de 1990 foram anos de retrocesso, perdas, aumento na taxa de desemprego, precarização dos postos de emprego, enfraquecimento dos sindicatos, e da pobreza, o que leva a descrença em torno do até então salvador Plano Real (MASCARENHAS, 2014).

Esse contexto, possibilita a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Palácio da Alvorada, com a eleição de José Luiz Inácio Lula da Silva à presidência no ano de 2003. Esse construiu sua trajetória política como uma figura vinda do povo e para o povo, logo, sua vitória simbolizou a muitos a ascensão do brasileiro trabalhador e pobre, isso em uma construção ideológica. Nesse breve historicização da redemocratização do país, tanto nessa quanto na eleição de FHC, fica claro a necessidade do brasileiro em construir uma figura salvadora da nação em torno dos políticos, como vimos fortemente na trajetória do Lula, um arquétipo de herói do povo “(...) a figura de Lula foi constitutiva de um partido que sempre se definiu como uma força de classe numa época histórica em que a sociedade burguesa com suas duas classes antagônicas bem definidas já havia desmoronado há tempo” (MENEGAT, 2017, p.14).

Contudo deste o início do seu mandato seus posicionamentos transformadores ficaram de lado, dando espaço para alianças políticas e continuação do projeto neoliberal e da contra-reforma, como afirma Mascarenhas (2014, p. 85):

O que se pretende expor, portanto, é que o governo Lula, em sua primeira gestão, que é aquela aqui abordada, não empreendeu o menos esforço para abandonar o modelo liberal periférico e contribuiu para a continuidade do padrão histórico de

‘especialização retrógrada’, aprofundando a vulnerabilidade externa estrutural do País. Na verdade, o governo Lula consolidou a inserção passiva do Brasil no sistema capitalista internacional, cumprindo os interesses daqueles que financiaram suas campanhas eleitorais.

Nesse sentido, medidas de transferência de renda e crescimento da taxa de consumo da população levou a crer que o país se encontrava avançando na diminuição da desigualdade social e econômica. Porém o que tivemos, segundo Mascarenhas (2014), foi um nivelamento por baixo, em que o salário mínimo não dava conta das despesas básicas de uma família, sendo que mais da metade da população nem o salário mínimo recebiam, estando expostos a uma taxa de desemprego elevada.

O governo Lula, portanto, deu sequência ao que já havia sido iniciado no governo anterior do FHC, políticas focalizadas e que colocam a mulher e a família como responsáveis pela família, manteve a ligação com o capital financeiro, além de: “(...) supercapitalização das políticas públicas; privatização das políticas sócias; refilantropização e feminização da pobreza; desvinculação de receitas do fundo público via mecanismo da DRU; centralidade dos programas de transferência de renda para os mais pobres” (MASCARENHAS, 2014, p. 91). Desse modo, mante-se o combate à pobreza por meio da transferência de renda, como no governo anterior, que se cobre em um discurso de cuidados humanistas com os pobres, mas que continua alinhada à contrarreforma. Exemplo disso, é a criação em 2003 do Programa Fome Zero, na linha dos programas emergenciais de combate a fome via também de transferência de renda as famílias que tinham o ganho inferior a um dólar diário, porém o programa não foi bem-sucedido.

Posteriormente, o Programa Bolsa Família (BF) foi criado como uma medida provisória, em outubro de 2003, e transformada em lei no ano seguinte, a qual passa a ser regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Este programa constitui-se em uma proposta de unificação dos benefícios anteriores instituídos como o Bolsa-escola, Bolsa-Alimentação, vale gás, o cartão alimentação, que passam a ser repassados por meio da transferência de renda, dando sequência as políticas focalizadas, mais aumentando muito a popularidade do governo Lula (MASCARENHAS, 2014). Os objetivos centrais do Programa são “Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social” (CAIXA, 2018).

O Programa BF (Bolsa Família) possui variáveis em torno do valor que cada família receberá além de ter condicionalidades para que a mesma permaneça recebendo o benefício como ter os filhos devidamente matriculados e frequentando a escola, acompanhamento das crianças no posto de saúde, acompanhamento do pré-natal das gestantes, atualização no Cadastro único periodicamente, alfabetização dos adultos, entre outras. Porém, cabe salientar, como bem faz Mascarenhas (2014), que o programa pode ser desfeito a qualquer momento, já que este é um programa de governo e não do Estado, sendo assim não é efetivado como um direito. Além disso, a autora destaca que

O Programa Bolsa Família torna mais restritas as linhas de pobreza e de indigência, correspondentes a rendas per capita de R\$ 100,00 e R\$ 50,00 respectivamente. Em maio de 2004, o salário mínimo passou a corresponder a uma remuneração de R\$ 260,00, o que originaria uma renda per capita de R\$ 65,00 considerando-se uma família de quatro membros. Portanto, as linhas de pobreza e de indigência consideradas pelo Bolsa Família estão deslocadas até mesmo do salário mínimo vigente, o qual, por sua vez, também não corresponde às necessidades mínimas definidas pela própria legislação pertinente (...) (MASCARENHAS, 2014, p. 93).

Diante o explicitado até aqui, viu-se que nos governos do PSDB, com FHC, e do PT, a assistência social se molda aos interesses do capital internacional, seguindo as recomendações do Banco Mundial e do FMI para o combate à pobreza, levantando a bandeira pelo fim da pobreza por dentro do capitalismo via políticas públicas assistenciais e focalizadas (MASCARENHAS, 2014).

Posteriormente a isso, não observa-se rupturas em relação aos dois mantados de Dilma Rousseff, que assume em 2011 e desenvolve um governo de continuidade petista, isto é, não promove alterações enquanto ao modelo de gestão econômica, política e social. Contudo o momento histórico e econômico que o Brasil vivência é conjunturalmente diferente, pois durante os governos de Lula o país passou por uma expansão econômica, aumento da taxa de crédito, aumento na exportação. Enquanto no governo Dilma, tem-se os impactos da crise do capital de 2008 – que segundo Lula chegaria como uma “marolinha” – que afetou a economia gerando um estado de recessão. Além disso, a situação política do país também se encontrava acirrada, impulsionada por exemplo pelos escândalos políticos por meio da Operação Lava Jato¹⁷, que contribuíram para fomentar a instabilidade econômica, levando investidores a ficarem em alerta e deixar de investir.

¹⁷ A Operação Lava Jato é uma série de ações investigativa em torno da corrupção do país, que teve início no ano de 2014. Por meio dela foi descoberto o esquema de corrupção envolvendo a empresa Petrobras e diversos políticos, empresários e donos de empreiteiras. Um dos últimos a serem julgados e condenado foi o ex-

Essa conjuntura de “crise econômica e política”, ao invés de ser associada aos impactos da crise do capitalismo, é majoritariamente entendida de forma endógena e como consequência direta à corrupção. Tem-se assim, em 2 de dezembro de 2015, o início do processo de Impeachment de Dilma Rousseff, que foi acusada de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal (pedaladas fiscais), as quais logo em seguida, mais precisamente em 23 de agosto de 2016, deixaram de ser crime – o que sinaliza que a acusação se deu por motivos e interesses políticos. O processo chega ao fim no dia 31 de agosto de 2016 onde Dilma foi afastada do cargo, perdendo mandato por 61 votos favoráveis e 20 contrários, com isso seu vice, Michel Temer, assume a presidência no dia 31 de agosto do mesmo ano.

Tendo em vista essas particularidades do combate à pobreza enquanto direcionamento ideo-político da gestão pública no Brasil até a era Dilma; faz-se necessário continuar a observar, especificamente, o desenvolvimento da assistência social desde a Constituição Federal de 1988, afim de, posteriormente, identificar as contra-reformas do Governo Michel Temer.

3.2 REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E UMA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A década de 60 marca um período de ditaduras pelos países da América Latina, além das já mencionadas relações de dependência com o capital de países centrais. Devido a Revolução Cubana o medo da expansão do comunismo pelo mundo cresceu, a chamada Guerra Fria se instaurava. De um lado o comunismo e de outro o capitalismo, representados pela União soviética e pelos EUA. Como forma de reprimir o avanço do comunismo, muitos países da América Latina sofreram um golpe de Estado para a instauração de uma ditadura militar.

No Brasil a ditadura se instaura no ano de 1964 quando o então presidente João Goulart é afastado, e o poder é tomado pelo Marechal Castelo Branco, o qual se alinha as exigências dos EUA. O golpe e a instauração da ditadura no país serviram de exemplo para vários países latinos, que também passaram pelo mesmo processo como a Argentina (1976), o Uruguai (1973) e o Chile (1973).

presidente Lula “Desde o dia 7 de abril, o ex-presidente cumpre uma pena de 12 anos e um mês pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A condenação veio no chamado processo do tríplex, da Operação Lava Jato” (Uol, 2018).

A consolidação do Golpe se deu com o Ato Institucional N° 1 (AI-1), no qual constituía um novo governo, destituindo o anterior e dando poder total ao Poder Executivo. Além de ter o poder de suspender os direitos civis e políticos dos cidadãos como é colocado no Artigo 4° “No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 1968k).

Conforme a ditadura se consolidava as formas de resistências contra esse Estado ganhava força. Um dos primeiros a se manifestarem foram os movimentos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que pela rádio fazia o chamado para a população se organizar, ir para as ruas, fazerem greve. Contudo rapidamente a censura aos meios de comunicação chegaram, tentando enfraquecer a possibilidade de união da população contra o regime. Muitos líderes, intelectuais, artistas eram duramente reprimidos, muitos foram presos outros pediram exílio em outros países, os sindicatos eram perseguidos e fechados.

O processo de abertura política se deu de forma lenta, entre avanços e retrocessos. O movimento de enfraquecimento do regime inicia-se no governo de Ernesto Geisel, e segue no governo de João Batista Figueiredo, sendo o quinto e último presidente do período ditatorial. Com Figueiredo a Lei de Anistia entra em vigor, dando abertura para que os sofreram ou foram obrigados a serem exilados retornem, e também protegem os militares contra os crimes cometidos durante a ditadura. A falência da legitimidade de poder do regime militar se deu pelo declínio do milagre econômico brasileiro, consequência da crise do petróleo em 1973, já que o regime tentava encobrir-se por meio do aumento da produção e a ideia de crescimento econômico.

O movimento pelas “Diretas Já”, que foi um chamamento popular pelas eleições diretas para Presidente tendo início em 1983, até o ano seguinte, foi de suma importância pelo início da abertura política do país. Só em 1989 temos a primeira eleição direta após o golpe e a instauração da ditadura, com a eleição do Presidente da República com Fernando Collor de Melo. Assim, no final dos anos 80 o Brasil superava o processo de ditadura militar iniciado em 1964, ou seja, após vinte e um anos chegar ao fim. Com isso, torna-se possível articulação coletiva de espaços para se pensar na situação social e econômica do país, que se encontrava em uma “estagnação da economia e o agravamento das condições de vida da população brasileira” (MOTA, 1995, p.100), resultado dos longos anos de regime militar. Assim, em

meio a esse cenário de crise econômica as forças políticas se unem em alianças com o discurso de alavancar o crescimento do país, o que não trouxe os resultados esperados;

Nesse sentido, o discurso da crise, ou sobre a crise, é formador de uma cultura política que procura negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam, no caso brasileiro, até a segunda metade da última década, identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes trabalhadoras e capitalistas acerca da situação social e econômica do país (MOTA, 1995, p. 101).

Com isso uma das ideologias disseminadas foi que a crise se manifestava para todos e de forma igual, sem levar em conta classe social. Outro ponto é o aumento das ONG's, as quais tentam dar conta das problemáticas sociais de maneira independente, juntamente com as ações filantrópicas e o voluntariado (MOTA, 1995).

Contudo os anos de 1980 foram de avanços para a classe trabalhando quanto a organização, caracterizada pela formação de sindicatos, com o início da CUT (Central Única dos Trabalhadores) juntamente com o PT (Partido dos Trabalhadores), mas por outro lado a conjuntura econômica apresentava uma série de retrocessos em meio à crise, altas taxas de inflação assim como de desemprego, isso por causa do movimento neoliberal que adentrava o país (MOTA, 1995).

Ora isso significava que a organização política dos trabalhadores- construída durante os anos 80 – fez-se, concomitantemente, com a existência de uma grave crise econômica, expressa no baixo desempenho do crescimento econômico, no aumento da recessão, do desemprego e da inflação agravada pela subordinação do país às exigências do mercado financeiro internacional (MOTA, 1995, p.104).

Ao final da década de 1980, a oitava Constituição Federal do Brasil entra em vigor, mais exatamente no ano de 1988. Sendo um símbolo do fim da ditadura, da abertura política e da democracia no país. A carta magna contou com a participação da população civil, e movimentos de lutas, levando cerca de 20 meses para que a mesma fosse escrita. Ela se apresentou como um avanço para a população e para os trabalhadores, já que instituiu a seguridade social, como se expressa no Capítulo II - Da Seguridade Social, Seção I - Disposições Gerais, Art. 194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2018a).

Nesse sentido, com a carta magna de 1988, tem-se no Brasil o reconhecimento formal dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Esses estão inscritos

no conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade que compõem a Seguridade Social. Isto é,

Relativamente, à proteção social, o maior avanço da Constituição de 1988 é a adoção do conceito de seguridade social, englobando as áreas da saúde, da previdência e da assistência. Além dessa inovação há que realçar a redefinição de alguns princípios, pelos quais foram estabelecidas novas regras relativas a fonte de custeio, organização administrativa, mecanismos de participação dos usuários no sistema e melhoria/universalização dos benefícios e serviços (MOTA, 1995, p.142).

Desse modo, a seguridade social brasileira é prevista como responsabilidade do Poder Público, nas esferas da União, estados e distrito federal e municípios, no que tange ao planejamento, execução e financiamento. Assim estabelece como objetivos principais em seu Art. 194 que acha a equidade no financiamento do custeio, como a diversidade da mesma, além de legitimar a universalidade no atendimento com a equivalência dos serviços oferecidos tanto a população urbana, como a rural; aponta que a administração tem que ser quadripartite, ou seja, deve contar “com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”, tendo assim um caráter descentralizado. Além de “III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios” (BRASIL, 2018a). Em relação ao financiamento, é estabelecido que ocorrerá “por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2018a), sendo oriundo de contribuições sociais:

- I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei [...]
 - II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;
 - III - sobre a receita de concursos de prognósticos.
 - IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- (BRASIL, 2018a)

Com a saúde, a previdência social e a assistência social temos formado o pilar da seguridade social do Brasil, a qual é pensada e criada através dos modelos da Alemanha e da Inglaterra. Já que a apenas a saúde se configura como universal “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2018a), bem como no modelo Beveridgeano. Sendo a assistência social garantida apenas a quem dela necessitar “independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2018a), e a previdência

social pelo modelo contributivo bem como o modelo bismarckiano. Como aponta Boschetti (2006, p.1) em seus escritos;

A seguridade social brasileira, instituída com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios desses dois modelos, ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar. Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que fica entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população.

Sendo assim, embora a constituição social consolide um avanço em termos de direitos para a classe trabalhadora como a seguridade social, também apresenta lacunas que ausentam o Estado de responsabilidades e abrem espaço para os serviços terceirizados e privados ocuparem, como o caso da saúde, da educação e da previdência, que expressa o tensionamento entre os diferentes interesses presentes na constituinte (MOTA, 1995). Além disso, esse processo de consolidação de direitos, se estabelece em um cenário mundial de retrocessos, devido a crise do modo de produção capitalista à partir da década de 1970 e as estratégias para retomada das taxas de lucro, dentre essas o neoliberalismo, cuja entrada no país se deu no início dos anos 1990, como visto anteriormente. Por isso,

Apesar de tudo, é importante destacar que o momento político que marcou a definição da Seguridade Social na Constituição de 1988 deve ser reconhecido como expressão de resistência e autonomia dos setores progressistas da sociedade brasileira, já que o cenário internacional era adverso a qualquer iniciativa de intervenção social do Estado em fase das críticas neoliberais ao Welfare State nos países desenvolvidos (MOTA, 2009, p.138).

Nesse sentido, o desenvolvimento da seguridade social brasileira está imersa no descompasso próprio do movimento dependente do capitalismo, isso é no anacronismo que caracteriza os países de capitalismo central e àqueles de capitalismo periférico, como o caso do Brasil. Isso porque, as relações estabelecidas com os países periféricos são postas frente a superação de um atraso, aos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde as particularidades dos processos históricos não são pautadas. Desse modo, o Brasil e alguns países da América Latina sofreram com a colonização, estigma que não foi superado, já que hoje temos as mesmas relações em um contexto e cenário histórico diferente, mas onde a essência de super-exploração se mantém. Portanto, sabe-se que as relações de desigualdade, pobreza e exploração nesses países são intensificadas, por meio do aumento da jornada de trabalho, e da desvalorização da força de trabalho, visto que estes países possuem uma condição inferior de desenvolvimento das forças produtivas (MARINI,2005).

A dependência estabelecida com o capital central, não foi rompida embora a ideia de avanço por meio do processo de desenvolvimentismo seja vendida. Esta, por sua vez, apenas colaborou para a intensificação da relação de dependência, como podemos analisar no processo de industrialização, o qual levou o país a pegar empréstimos com os países de capital central no objetivo de progredir, mas acabou por fortalecer a economia desses países e acabando em contrair uma dívida externa exorbitante. Assim como no deslumbramento de poder se tornar celeiro de multinacionais, as quais encontram diversas vantagens como mão de obra e matéria prima baratas, para produzirem suas mercadorias, que por fim serão em sua grande parcela exportadas. Como aponta Marini (2005, p.22) “Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador”.

Visto isso podemos dizer, que a trajetória histórica da fundação do status de direito da assistência social no Brasil se correlaciona as relações de favores, de clientelismo, da benesse e do assistencialismo. Logo, há um tensionamento pois tem-se a sua compreensão como direito, mas revela-se seu caráter excludente, já que tem sido ofertada a parcela dos cidadãos mais carentes, de forma focalizada, como veremos melhor a seguir.

3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Diante o exposto, a assistência social se constitui como direito dentro do pilar da seguridade social e como política não contributiva, contudo seu caráter seletivo fica demarcado visto que deverá ser prestada apenas aos que dela necessitar. Sua primeira normatização está expressa na Seção IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, que compõe o CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL do TÍTULO VIII - Da Ordem Social da Constituição Federal do Brasil de 1988. Essa seção dispõe sobre os objetivos da política, a qual passa a pensar na matricialidade, não mais apenas no indivíduo, mas sim na família de forma geral, garantindo prioridade e amparo as fases tidas como mais vulneráveis como a maternidade, à infância, adolescência e a velhice assim como para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2018a). Ou seja,

[...] é possível afirmar que, no campo conceitual, a introdução da seguridade como sistema de proteção social, enfeixado pela previdência social, saúde e assistência social, é um marco no avanço do campo dos direitos sociais no Brasil. Pela primeira vez um texto constitucional é afirmado no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua emancipação,

reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão (COUTO, 2010, p.161).

No que se trata aos recursos usados na assistência esses serão providos do orçamento que é destinado a seguridade, os quais devem seguir os princípios da descentralização e da participação popular, como se encontra no Art. 204 da Constituição:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 2018a)

Tem-se, portanto, os parâmetros centrais para o desenvolvimento da assistência social, que será aprofundado em um conjunto de normativas subsequentes, dentre as quais destacamos a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Norma Operacional Básica (NOB); Tipificação do Serviço Socioassistenciais, etc.

Como vimos a Constituição foi um marco para o surgimento da assistência social como um direito, todavia para sua concretização foi necessário a criação de legislações que garantissem e efetivassem as ações previstas. A primeira que destacamos é a criação da LOAS, em 7 de dezembro de 1993, organizada em 42 artigos, que estão ancoradas nos artigos 194, 195, 203 e 204 da Constituição de 1988. Ela dá um novo significado a assistência social, visto que assinala os princípios e as diretrizes, a forma de organização e gestão das ações; as competências das esferas de governo; o caráter e a composição das instâncias deliberativas; a instituição e competências do Conselho Nacional de Assistência Social; as competências do órgão gestor em cada esfera de governo, assim como ratifica os benefícios, serviços e programas de assistência social.

Sendo um dos benefícios o BPC¹⁸ (Benefício de Prestação Continuada), que fica assegurado dentro do Art. 203 as pessoas idosas e deficientes, segundo os critérios mencionados: “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (BRASIL, 2018a), ou seja, a concessão do benefício está ligada diretamente com a inserção no mercado de trabalho, além de apresentar mais uma categorização, sendo o idoso a ser considerado para fins do benefício os com 65 anos ou mais, e a pessoa com deficiência que lhe cause incapacidades por no mínimo dois anos, os quais ainda devem passar por uma perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Além do benefício este público tem programas e serviços que priorizam a inserção tanto social quanto profissional. Já no que tange aos benefícios eventuais, estes são destinados as famílias com renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, os benefícios eventuais mais comuns são os auxílios funeral e natalidade, porém os municípios podem ofertar outros que atendam às necessidades de pessoas em situações de vulnerabilidade temporária (BRASIL, 2018a).

As diversas conferências e encontros estaduais, municipais e nacional em torno da assistência social, contribuíram para que em 2004 por meio do Conselho Nacional de Assistência Social fosse aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Apresenta algumas transformações quanto à estrutura organizacional e do gerenciamento e controle da nova política, contudo é regida pelos princípios e diretrizes dispostos na LOAS, no capítulo II, seção I, artigo 4º e 5º, sendo os princípios:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

¹⁸ Segundo o SUIBE/DATAPREV (2016) cerca de 2.349.905 pessoas com deficiência, e 1.925.038 pessoas idosas tinham o benefício ativo no ano de 2015, sendo que o maior número de beneficiados se encontrava na região sudeste do país, contabilizando em ambas categorias o total de 1.472.054 pessoas (BOLETIM BPC, 2015).

V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Um dos princípios apresentados na LOAS é a territorialização, ou seja, pensar os sujeitos no contexto do território levando em conta as vulnerabilidades dos espaços bem como as potencialidades. Por meio da PNAS passamos a ter a caracterização dos grupos territoriais sendo utilizadas referências na definição dos municípios, que podem ser de pequeno porte 1 isso quando a população é em torno de 20.000 habitantes, pequeno porte 2 de 20.001 a 50.000 habitantes, médio porte onde a população chega a 100.000 habitantes; grande porte onde há até 900.000; e metrópole os com mais de 900.000 habitantes (BRASIL,2018n1), também aponta os serviços que cada município conforme esta classificação deve ofertar. O que também interfere nos recursos destinados a cada município, o que pode ser uma problemática, visto que o Brasil possui em sua maior parte municípios de pequeno porte.

A PNAS é um passo muito importante na construção da assistência social no Brasil, pois ela institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2003, o qual representou uma possibilidade de superação do assistencialismo, do favor e da caridade que tanto marcaram a trajetória dessa política no Brasil. Assim, a PNAS expressa que “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social” (BRASIL, 2018h, p.33).

O SUAS passa a organizar os serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, prevendo uma organização participativa e descentralizada da assistência social, assim como normatizando os padrões dos serviços; os indicadores de avaliação e resultado; a nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial. Tendo suas ações voltadas para o fortalecimento da família, visto que a PNAS coloca a família na centralidade, por meio do eixo da matricialidade familiar, passando a enxergar o indivíduo como sujeito coletivo – como já era exposto na Constituição de 1988, que coloca a família como base da sociedade, e, ainda, em outras normativas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a LOAS. Portanto,

Na proposta do SUAS, é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, sendo consensual o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o sistema (BRASIL, 2018h, p.47).

Dentro do SUAS as relações entre as ações públicas e privadas passam a ter novas regulamentações na assistência social, aqui abre-se espaço para as Organizações Não Governamentais (ONG's), para integrar e ofertar os serviços, acarretando a terceirização como possível via para a filantropia.

Com a instauração da LOAS, da PNAS e do SUAS, tem-se a regulamentação da política nacional de assistência social através no Conselho Nacional de Assistência Social que instituiu um conjunto de Norma Operacional Básica (NOB), que dá a base legal para o sistema único de assistência social. Dentre essas destaca-se: i) NOB/SUAS – Resolução CNAS N° 130, de 15 de julho de 2005; ii) NOB-RH/SUAS - Resolução N° 01, de 25 de janeiro de 2007; e iii) NOB/SUAS - Resolução CNAS n° 33, de 12 de dezembro de 2012.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), aprovada em 2005, pela Resolução CNAS n° 130, é instituída para estabelecer as instâncias e mecanismos de implantação da gestão e efetivação do SUAS. Ou seja, uma norma dedicada a execução do SUAS, a qual apresenta todos os setores que precisam ser instituídos dentro das gestões municipais, como as formações de equipes para os serviços como o Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) o Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), as ações conforme os níveis de complexidade das ações da proteção social especial (média e alta).

Essa normatização, conforme foi sendo desenvolvida teve a necessidade de sofrer algumas alterações, as quais foram retificadas na NOB/SUAS, em 2012, pela Resolução CNAS n° 33. Algumas dessas modificações são: i) nível da gestão – agrupamento dos municípios conforme o Índice de Gestão Descentralizada (IGD-SUAS), sendo que anteriormente essa se dava em: inicial, básica e plena; ii) conceito de rede – promove o fortalecimento da rede socioassistencial do SUAS, uma vez que “Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS” (BRASIL,2018g), além de estruturar a rede e sua operacionalização; iii) financiamento - os pisos de proteção social passam a ser separados em três patamares de proteção básica, proteção especial e em gestão; iv) controle social - a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) passa a ter representantes de cada área da região do SUAS, mantendo o número de quinze integrantes, a Comissão Intergestores Bipartite do Estado (CIB) passa de nove para doze representantes paritários, conforme mostra o Art. 136 “I - 06 (seis) representantes do Estado e

seus respectivos suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social; II - 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes, indicados pelo COEGEMAS (...)"

Contudo a NOB-RH/SUAS de 2007 continua sendo válida, discriminando a respeito dos princípios e diretrizes no âmbito do SUAS para: a gestão do trabalho, atuação ética dos trabalhadores; equipes de referência dos serviços; política nacional de capacitação; planos de carreira, cargos e salários; entidades e organizações de assistência social; co-financiamento da gestão do trabalho; responsabilidade e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais, do gestor do Distrito Federal e dos gestores municipais para a gestão do trabalho; organização de cadastro nacional de trabalhadores; controle social da gestão do trabalho.

Posteriormente, tem-se a pactuação da Tipificação do Serviço Socioassistenciais, por meio da Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Essa padroniza os serviços da proteção social básica, pois orienta através da descrição dos serviços a serem ofertados, do usuário alvo, dos objetivos, das formas de acesso e abrangência, da articulação em rede, dos impactos desejados, das regulamentações entre outros pontos dos serviços, etc. Isso em todos os níveis de atenção; sendo eles o de proteção social básica; proteção social especial que é dividido em média e alta complexidade.

O nível de proteção básica costuma ser a porta de entrada do usuário na política de assistência, e reuni um conjunto de serviços a serem ofertados preferencialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRASS). Um desses é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. [...] O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2018k2, p.12).

Além desse, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a prevenção de ruptura e reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, sendo ofertados a indivíduos e famílias que se encontram em situações de maior vulnerabilidade social, já que possui um caráter preventivo e proativo. O serviço pode ser ofertado também no CRAS, caso esse disponha de estrutura, ou em outro espaço adequado, sendo

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. [...] Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social (BRASIL, 2018k2, p.16).

Por fim, o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, que

[...] tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. [...] Onde houver CRAS, o serviço será a ele referenciado. Naqueles locais onde não houver CRAS, o serviço será referenciado à equipe técnica da Proteção Social Básica, coordenada pelo órgão gestor. O trabalho realizado será sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU: instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas. No PDU serão identificados os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e as potencialidades do usuário (BRASIL, 2018k2, p.25).

No que tange a proteção social especial é direcionada a famílias e indivíduos que sofram ameaças ou tenham seus direitos violados. Em particular, no que tange à média complexidade, um dos serviços centrais, que deve estar referenciada ao CREAS, é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), sendo

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. [...] Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (BRASIL, 2018k2, p.29).

Além desses a proteção social especial de média complexidade deve ofertar: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. No que tange a proteção social especial de alta complexidade, são previstos: Serviço de Acolhimento Institucional – nas modalidades de abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva –; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2018k2)

Todos as normatizações aqui elencadas não são apenas formalidades burocráticas, mas expressão processos de suma importância para a implementação do Sistema Único de Assistência Social, todavia a consolidação deste sistema exige o enfrentamento de diversos desafios para o campo da seguridade social. Logo, não negamos os avanços posto a partir da Constituição Federal de 1988, mas compreendemos o momento histórico, político e econômico que o país passou a enfrentar logo em seguida, pela lógica do neoliberalismo.

Mudanças que são sentidas no processo de redução dos postos de trabalho e o aumento do terceiro setor; o aumento do desemprego; aumento do emprego informal (o famoso bico, onde os trabalhadores deixam de acessar o mercado de trabalho pelas relações empregatícias de assalariamento e pela Carteira Nacional De Trabalho (CNT); incentivo ao empreendedorismo; a precarização dos postos de trabalho dentre outras relações, que passam a contribuir com o crescente número de usuários atendidos pela assistência social. Demonstrando assim o enfraquecimento das demais políticas públicas, e dos direitos a pouco conquistados, o que alguns autores¹⁹ vão chamar de desmonte da seguridade social.

Frente a todas as transformações nas esferas políticas, econômicas, e sociais do país dentre os anos 1990 e 2000, podemos dizer que o Estado vem restringindo seu alcance nessas áreas, principalmente a social. Escorando-se na ampla divulgação da falácia da falência da previdência; nas crises, que para serem superadas necessitam os cortes sociais; na necessidade de privatizar os aparatos do Estado. Nesse sentido, deste o mandato do FHC até o atual, “diariamente, é propaganda aos quatro cantos do país a tese da crise fiscal do Estado e, como consequência direta, a população sofre cotidianamente com a baixa qualidade dos serviços prestados, resultado da política de corte nos recursos, especialmente para a área social” (MOTA, 2009, p.148).

Visto isso podemos compreender que a política de assistência social no Brasil passa a ser afetada pela “assistencialização”, ou, “americanização” das políticas sócias com os direcionamentos do Consenso Washington, estabelecem as normativas a serem seguidas pelos governos, sobretudo a relação com o enfrentamento da “questão social”.

O Banco Mundial por meio do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990, também apresenta mudanças no que tange as políticas sociais na América Latina, que

¹⁹ A professora Ivanete Boschetti trata do assunto em sua obra *Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação* (2006).

conforme os documentos, devem ser voltados a redução do número de pobres (MOTA, 2009). Estratégia visível durante o Governo do FHC com o Programa Comunidade Solidária²⁰ sendo substituído pelo Programa Fome Zero do Governo Lula, que buscava erradicação da fome por meio da garantia da segurança alimentar, se colocando como uma política compensatória.

A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia (SILVA, 2010, p.11).

Segundo o BM a redução dos pobres deveria ser realizada buscando “(...) um modelo de crescimento que garanta o uso produtivo dos pobres e o provimento amplo de serviços sociais básicos aos pobres, sobretudo de educação, assistência médica básica, e planejamento familiar” (MOTA, 2009, p.203). A segunda proposta pode ser percebida na expansão do ensino superior pelo REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) viabilizado no DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. e instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2018c), assim como pelo Programa PROUNI (Programa Universidade para Todos) criado em 2004, que é uma parceria entre a educação pública e privada, que disponibiliza bolsa parciais e integrais no ensino superior a candidatos de baixa renda.

O BM também estabeleceu diretrizes em torno das políticas de assistência para os anos 90 como o “estímulo ao desenvolvimento rural e ao emprego urbano” como o “acesso à terra, ao crédito, a obras de infraestrutura e aos insumos produtivos” (MOTA, 2009, p.206). O aumento do crédito à pessoa física e jurídica, por meio da isenção da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os eletrodomésticos, para a estimulação ao consumo; como mostra a notícia de 2011: “O IPI do fogão, por exemplo, cairá de 4% para zero. A geladeira terá o imposto reduzido de 15% para 5% e a máquina de lavar, de 20% para 10%. No caso de máquinas de lavar semiautomáticas (tanquinhos), a redução será de 10% para 0% ” (CARTA CAPITAL, 2011). Redução que também ocorreu na compra de automóveis como aponta a notícia do G1:

²⁰ O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, no qual o qual era voltado para a população pobre que “receberão atenção preferencial na implementação do Programa as ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social” (BRASIL, 1995).

Para a aquisição de automóveis, o governo informou que as empresas que estão instaladas no Brasil terão seu IPI para carros de até mil cilindradas (1.0) será reduzido de 7% para zero até o fim de agosto deste ano. Para carros importados de fora do Mercosul e México, a alíquota cairá de 37% para 30%, informou o ministro. Para veículos de mil cilindradas (1.0) a duas mil cilindradas (2.0), a alíquota para carros a álcool e "flex" (álcool e gasolina), para empresas instaladas no Brasil, será reduzida de 11% para 5,5%. Para os carros importados, a alíquota será reduzida de 41% para 35,5%. Já para carros a gasolina de mil a duas mil cilindradas, o IPI cairá de 13% para 6,5% para carros produzidos no Brasil e de 43% para 36,5% para veículos de fora do Mercosul e México. No caso dos utilitários, a alíquota será reduzida de 4% para 1% (empresas instaladas no país) e, para carros importados, cairá de 34% para 31% (MARTELLO, 2012).

Assim como o acesso a casa própria via o financiamento em longa e pequenas parcelas a população de renda mensal de até R\$ 4.650,00 com o Programa Minha Casa Minha Vida que "(...) tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais" (BRASIL, 2018m1) compreendendo alguns subprogramas como o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Não foi apenas os direcionamentos apontados pelas instituições internacionais que contribuíram para os retrocessos da seguridade social, a própria Constituição Federal de 1988 passou a sofrer mudanças por meio das emendas constitucionais, que passa a deixar lacunas. Uma delas é a Desvinculação de Receitas da União a famosa DRU, que foi criada em 1994 como o Fundo Social de Emergência (FSE), com intuito de estabilizar a economia após a implementação do Plano Real e em 2000 tem a nomenclatura alterada. Apresentado como atual espaço de disputa de recursos, visto que até 30% dos recursos destinados a previdência podem ser realocados para outras despesas como o pagamento da dívida externa (SALVADOR, 2017). Alterações por meio da Emenda Constitucional de N° 93 de 2016 prorrogam as ações da DRU até o ano de 2023 conforme o Art. 76:

São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Portanto a Constituição de 1988 até o presente momento, podemos dizer que a política de assistência se encontra em construção, por isso a importância de compreender seu processo histórico e não um movimento linear, visto os retrocessos sofridos ao longo destes trinta anos, se correlacionam com o debate atual que abordaremos no capítulo a seguir.

3.4 Crise no Brasil e impeachment

Os diversos momentos políticos do país já mencionados no texto tiveram interferência direta no que diz respeito às políticas sociais. Para compreender a cena atual em que emergem as questões sobre a assistência social se faz necessário estudar as transformações ocorridas entre os anos de 2015 ao início do ano de 2018, no cenário político e econômico do Brasil.

Nas eleições para seu segundo mandato Dilma Rousseff enfrentou um acirrado processo eleitoral com seu oponente Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Embora tenha ganhado na corrida eleitoral, os índices das eleições serviram para mostrar a insatisfação da população com seu governo e o avanço do conservadorismo no país.

Contudo as tensões políticas que atravessam o Congresso Brasileiro enfrentam diversas intermediações que enunciaremos brevemente. Dentre elas apontamos o jogo político de manutenção de poder em que o PT passa a realizar alianças perigosas com a oposição dentro do Congresso e com o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); as quais as trocas de favores e barganhas iriam lhe custar caro (IASI, 2015).

Uma das peças mais importantes para compreender o momento histórico que nos referimos são as relações com o Eduardo Cunha²¹, ex Presidente da Câmara dos Deputados que exerceu o cargo entre 2003 a 2016, e apreendia uma forte força política. A mesma era unicamente usada em seu favor, tentando retirar de todas as relações o maior aproveitamento; como aponta Mauro Iasi (2015) “Sua posição privilegiada na Presidência da Câmara lhe dá o status que precisa e seu controle sobre as comissões lhe aufere o poder que necessita para operar sua chantagem”.

A já mencionada operação Lava Jato, deflagrada em 2014, que investiga os esquemas de corrupção da Petrobrás e que envolve diversas empreiteiras entre elas Camargo Corrêa e Odebrecht, também teve o nome de diversos políticos envolvidos, assim como os do

²¹ O Ex-Presidente da Câmara dos Deputados, hoje se encontra preso condenado pelos crimes de corrupção, violação de sigilo funcional e lavagem de dinheiro, também condenado a devolver à União R\$ 7 milhões de reais como forma de reparação aos cofres públicos. Como sabia de diversas informações privilegiadas ele ganhou muito em propina para repassa-las. “O valor repassado em propina a Cunha no esquema, entre 2011 e 2015, foi de 89,5 milhões de reais”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-cunha-e-henrique-alves-sao-condenados-por-corrupcao-na-caixa/>

Partidos dos Trabalhadores, por fim afetando a presidente Dilma, que havia sido Ministra de Minas e Energia no governo Lula.

No segundo mandato de Dilma, o Brasil passa a enfrentar uma forte recessão. Após o boom da *commodities* no governo Lula. A partir de 2011, os preços das mercadorias comercializadas pelo Brasil entram em uma queda brusca, principalmente sobre as *commodities* metálicas como o ferro e o alumínio, assim como no petróleo cru (TEIXEIRA; PINTO, 2018). Como é apresentado na revista online *O Tempo* os dados do Banco Central (BC), em 2011:

O Índice de Commodities Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central (BC), teve queda de 0,53%, em dezembro, em relação ao mês anterior, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (4). No mês passado, o IC-Br, que calcula a variação em real dos preços de produtos primários brasileiros negociados no exterior, ficou em 124,34 pontos. Em todo o ano de 2011, o índice apresentou queda de 0,35% (O TEMPO, 2018)

Uma das formas de enfrentamento a essa crise de recessão foi por meio de um corte de gastos em cerca de 70 bilhões de reais que atingiram diretamente os valores gastos com a saúde e a educação, neste período temos a suspensão do Programa Ciência sem Fronteiras, e atrasos no repasse para o Plano Safra, onde o governo teve que pagar R\$ 450 milhões de juros para o Banco do Brasil. Dilma toma medidas políticas de austeridade, visto que não consegue conter a inflação nem elevar o PIB brasileiro, como a redução do crédito dos bancos públicos e aumento das taxas de juros do BC. Contudo a situação continuava agravada com sua crise de popularidade e o crescimento da dívida pública (TEIXEIRA; PINTO, 2018, p.19).

O problema é que passada as eleições, os setores sociais e movimentos populares que generosamente se dispuseram a votar na candidata “mais progressista” para evitar a direita, se viram diante do constrangimento de um governo que moveu-se rapidamente para implementar tudo aquilo que a direita perversa propôs. Os movimentos sociais e populares já tinham cumprido sua função, agora era o momento da incrível arte do pragmatismo político no qual o governo do PT tinha que gerar as condições para manter-se no governo até o final e, quem sabe, um próximo mandato (IASI, 2015).

Como vemos o PT teve que implementar uma série de medidas na tentativa de vencer a crise financeira, por meio de duros golpes sofridos a classe trabalhadora. O partido tenta o ajustamento com seus apoiadores no Congresso assim como mantém suas políticas de superávits primários, todos ajustes realizados para favorecer o capital financeiro em busca da volta do investimento no país. Embora tenha tentado manter as relações políticas, todos os processos da lava-jato e outros em torno da corrupção e a lavagem de dinheiro, foram

escândalos que intensificaram as lutas da direita pelo poder: “De forma generalizada, a reação dos seus eleitores foi de que a sua vitória poderia ser qualificada como estelionato, ou seja: ela enganou seus apoiadores ao cumprir o programa dos seus adversários de campanha” (TEIXEIRA; PINTO, 2017, p.19). Portanto,

Diante da ofensiva política restauradora das forças que integram o campo neoliberal ortodoxo, o governo Dilma Rousseff optou por uma política de recuo e não de resistência. Aplica o ajuste fiscal que é parte importante do programa da oposição burguesa neoliberal e não toma a iniciativa de mobilizar os setores populares sequer para defender o seu próprio mandato (BOITO JR, 2018, p. 221).

O processo de impeachment inicia em 2 de dezembro de 2015, mesmo dia em que o PT declarou seu apoio ao pedido de cassação ao já mencionado Eduardo Cunha, o qual prossegue com o pedido do jurista Hélio Bicudo sobre acusação que a presidente teria cometido a famosa “pedalada” fiscal, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); tendo atrasando os recursos para o Tesouro, ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) e para a Caixa Econômica Federal (TEIXEIRA; PINTO, 2017). Vale ressaltar que os governos anteriores (FHC e Lula), também cometeram as “pedaladas”, contudo nem por isso sofreram impeachment. Salientamos também a rápida mudança na legislação, que trata sobre as pedaladas fiscais, a Lei Nº 13.332, de 1º de setembro de 2016, que “Altera a Lei nº 13.255, de 14 janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para exercício financeiro de 2016” (BRASIL, 2018f); aumentando o percentual de 10% para 20% dos recursos remanejamentos entre as despesas; favorecendo assim o novo governo:

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais abertos ou reabertos, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário estabelecida para o exercício de 2016 [...] (BRASIL, 2018f).

Como motivos do impeachment podemos perceber as condições em que o país se encontrava: as políticas de austeridade realizadas pelo PT; a crise financeira e política; a queda da popularidade do Partido dos Trabalhadores; crise fiscal; crescimento do conservadorismo; problemas com as bases aliadas; os processos de denúncias em torno da operação lava-jato a caça a corrupção; bem como a caça ao declínio de um partido. Por outro lado, houveram diversas resistências em torno do *impeachment*, como manifestações, paralizações e documentos que expressavam o descontentamento em torno de todo o processo. Como é o caso da carta “Avanço sim, retrocesso não!” de manifestação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Comissão Nacional de

Agroecologia e Produção Orgânica; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho Nacional de Assistência Social; Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Essa consistiu em um documento enviado, em 12 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados, cujo conteúdo afirma:

Aprovar esse pedido de impeachment significa escrever na história um episódio de golpe, significa abrir um precedente para que o direito de presunção de inocência seja determinado pela opinião pública e não pela lei. Ameaçam-se, assim, direitos civis resguardados pela Carta Magna e respaldados pelas regras e instituições do Estado Democrático de Direito. A insegurança jurídica é uma das principais mazelas de Estados autoritários, e esse capítulo da História não vamos reviver.

Por isso, em nome das políticas públicas que mudaram o Brasil para melhor, em nome da participação social; e em nome dos direitos humanos, vimos a público dizer: avanços sim, retrocessos não (CNAS, 2016).

Ao fim dos nove meses que decorreu o processo contra Dilma, chegamos ao desfecho, no dia 31 de agosto de 2016, onde a então presidente afastada é condenada pelo Senado Federal perdendo seu mandato, em uma votação de afastamento definitivo, tendo 61 votos contra 20 votos por sua absolvição. Com este desfecho o Michel Temer, vice de Dilma, e no decorrer do processo presidente interino, assume definitivamente a cadeira presidencial, tomando posse no mesmo dia do resultado do impeachment.

Assim como a pressa em assumir a presidência, o novo presidente do Brasil também se apressou em colocar em prática medidas de austeridade cumprindo uma agenda de conservadorismo e retrocessos, embora as elenque como medidas de salvação para a nação. Isso, porque são justificadas com o necessárias para a retomada do crescimento econômico do Brasil, como as privatizações e contrarreformas. Citamos uma das mais impactantes no que desrespeita aos avanços das políticas sociais no país, a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que ficou conhecida como PEC do teto dos gastos públicos que:

Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (BRASIL, 2018d).

A qual congela os gastos públicos por até 20 anos, sendo submetidos a inflação do ano anterior, como para os repasses da seguridade social. O que representa uma perda de direitos definidas na Constituição de 1988, assim como a dificuldade de continuar o processo de legitimação dos direitos já conquistados, e a impossibilidade de avançar. Perdas já notadas no que desrespeito a saúde. Ou seja, “Só em relação à saúde, estudo retrospectivo do Grupo Técnico Interinstitucional do Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) aponta que as perdas chegariam a 135 bilhões de reais, caso esta regra estivesse em vigor no período de 2003-2015” (TEIXEIRA; PINTO, 2018, p.21).

O novo presidente, em busca da redução de gastos, adota a medida provisória 726, de 12 de maio de 2016, que acaba se transformando e cortando cerca de 9 ministérios, como é apresentado no artigo primeiro:

I - A Secretaria de Portos da Presidência da República; II - a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; III - a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; IV - a Controladoria-Geral da União; V - o Ministério da Cultura; VI - o Ministério das Comunicações; VII - o Ministério do Desenvolvimento Agrário; VIII - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; IX - a Casa Militar da Presidência República (BRASIL, 2018p1).

Os quais foram extintos e recriados como o caso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que passa a ser Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; o Ministério da Justiça passa a ser Ministério da Justiça e Cidadania; o Ministério da Educação que se une ao Ministério da Cultura. Também se cria o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (BRASIL, 2018p1).

Também lança a proposta da Reforma Trabalhista com o argumento de que as transformações na legislação vigente aumentariam o número de empregos. Assim, tem-se a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2018P), aprovada pelo Senado e sancionada por Temer, que institui mudanças nas relações entre o empregado e o empregador, claramente beneficiando o segundo. Uma das alterações que demonstram isso é as novas imposições em torno da prevalência do negociado sobre o legislado, regulamentação do trabalho intermitente e terceirização do trabalho; bem como os rebatimentos em torno dos sindicatos, tendo em vista a retirada da obrigatoriedade de homologação sindical e autorização das demissões em massas, sem as necessidades das negociações coletivas.

Sobretudo a reforma trabalhista na verdade representa uma contra-reforma, deste modo precariza os vínculos dos trabalhadores, tanto no âmbito individual, quanto no direito coletivo, assim como os processos do trabalho. Portando, vemos aqui, nada mais que a flexibilização do trabalhador enquanto sujeito de direitos, a consolidação do desmonte da proteção social assim como das forças de resistência.

Continuando com as medidas de austeridade, Temer, em busca de avanços no crescimento da economia, diminui em pontos percentuais a taxa SELIC reduzindo os juros ao trabalho. Ajuste que ele faz questão de enfatizar por meio de um vídeo divulgado em sua rede social (twitter)²² no dia 06 de dezembro de 2017, onde, segundo ele, a medida tomada pelo Banco Central deve ser comemorada já que: “Com esses juros fica mais fácil para viver, para trabalhar, para comprar, para morar. Naturalmente, porque isso reduz também os juros de todo o sistema bancário” (TEMER, 2017); por fim ressalva que o país está voltando a crescer.

Concomitantemente com a proposta da Reforma trabalhista, o presidente lança uma PEC da Reforma da Previdência Social - PEC 287- ainda no ano de 2016. Embora o processo de votação tenha ocorrido de forma rápida sendo aprovada pela comissão especial da Câmara, e muitos foram os esforços para que a mesma fosse votada e aceita pela população. Isso, visto que, segundo notícia do jornal online Folha de São Paulo, só com a campanha a favor da reforma, o governo Temer chegou a gastar R\$ 20 milhões com publicidade (BOGHOSSIAN, 2017).

Todavia a conjuntura política do país em meio à crise política e econômica se fortalecem com a operação Carne Fraca. Investigações realizadas, a partir de 2017, pela Polícia Federal (PF), envolveu as maiores empresas no ramo frigorífico do país, como o grupo JBS S. A. (José Batista Sobrinho), que detém marcas como a Seara e a Friboi; assim como o grupo BRF (Brasil Foods), a qual comanda mais de 30 marcas no mercado como a Sadia e a Perdigão. A operação encontrou diversas irregularidades quanto a fabricação dos alimentos, além da corrupção envolvendo nome dos seus empresários, os quais por meio de delação premiada acabam relatando diversas relações ilícitas envolvendo nome de partidos e políticos como o de Aécio Neves, que se compromete em um áudio gravado pelo empresário Joesley

²²Para observar o vídeo na íntegra acesse o link <https://twitter.com/MichelTemer/status/938518572267180032?ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Feconomia%2Fnoticia%2Ffica-mais-facil-para-viver-diz-temer-sobre-reducao-da-taxa-basica-de-juros.ghtml> (TEMER, 2017).

Batista²³, no qual o ex-candidato à presidência pede a quantia de R\$ 2 milhões para pagar as despesas com sua defesa na Operação Lava Jato. Segundo Joesley, em depoimento à PF, afirmou “ter repassado R\$ 110 milhões ao senador Aécio Neves (PSDB) durante a campanha do tucano à Presidência da República em 2014, em troca de apoio do mineiro nos negócios da J&F, empresa de Joesley e seu irmão, Wesley Batista” (CAVALCANTE, 2017).

Visto as ligações do governo e sua intervenção na economia, o dinheiro dos fundos públicos tem sido tomado para alavancar empresas e a economia do Brasil, isso é o que tem acontecido com o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que investiu cerca de R\$400 milhões que segundo o próprio Banco foram “usados para alavancar a participação de outros investidores na oferta pública que resultou na criação da BRF” (BRASIL, 2018x1).

A operação Lava Jato atingiu as negociações em torno da reforma que previa alteração no Benefício de Prestação Continuada (BPC) alterando a idade para obtenção do benefício para os idosos de 65 para 70 anos, bem como desvinculando o valor do salário mínimo. Usando esta única mudança da PEC para análise podemos perceber o retrocesso que esta significaria para uma parcela da população - idosa e pobre - do país que hoje tem acesso ao benefício. Como é levantado na pesquisa de Jaccoud, Mesquita e Paiva (2017, p.4):

Em relação à idade mínima para a concessão do BPC, a PEC no 287/2016 propõe a elevação de 65 anos para 70 anos. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social¹³, dentre os beneficiários idosos em 2015, 27% tinha idade entre 65 e 69 anos. Ou seja, se a idade mínima de elegibilidade fosse 70 anos naquele ano, mais de 520 mil idosos e suas famílias estariam provavelmente sendo deslocados para a extrema pobreza.

(...) Isso significa que em 2036, 1,1 milhão de idoso com idade entre 65 e 69 anos, estarão excluídos desse importante mecanismo de proteção contra a extrema vulnerabilidade social. Cabe observar que essa projeção é conservadora, pois o número de beneficiários do BPC não depende apenas da dinâmica demográfica, mas também dos movimentos da distribuição de renda. Se, por exemplo, aumentar a pobreza, a demanda pelo BPC será ainda maior que a aqui sinalizada apenas como efeito do envelhecimento populacional.

²³ O empresário Joesley Batista um dos sócios da JBS é uma das principais peças do cenário das relações econômicas do país, o mesmo vem sendo investigado por diversas operações da PF como a Lava Jato suspeito de participar de esquemas ilegais. Em 2017 por meio de delação premiada Joesley entregou uma gravação com o então presidente Temer, onde a conversa apresenta uma compra de silêncio de Eduardo Cunha, que já se encontrava preço pela Operação Lava Jato. Como apresentado no trecho a seguir da Carta Capital (2017): “Em um dos trechos do diálogo entre o presidente e o empresário, que no total tem 38 minutos, Joesley Batista fala com Temer sobre a “relação” com o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. É neste momento que o empresário revela que está “de bem com o Eduardo” e o presidente, então, pede: “Tem que manter isso aí, viu?””.

Após meses de negociação uma nova proposta é lançada um pouco mais enxuta que a primeira, uma das mudanças é da transformação do tempo mínimo de contribuição de 25 para 15 anos, contudo não altera o tempo de contribuição que se mantém de 40 anos, retirou as mudanças em torno do BPC como da aposentadoria rural e continua sem afetar os militares, os quais recebem altos valores de aposentadoria e benefícios (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2017). Ao fim de meses de negociações, escândalos políticos, resistências por parte da população, greves e paralizações; em fevereiro de 2018 o governo suspendeu a PEC da Previdência, alegando que seria por causa da intervenção militar no Rio de Janeiro²⁴, visto que a Constituição de 1988 não permite mudanças constitucionais em meio a uma intervenção militar.

Deste o início de seu mandato Temer anunciava que não assumiria um governo populista, mas de salvação da crise econômica onde iria ser necessário sacrifícios, assumindo por fim, um governo de caráter reformista. Contudo, todas as medidas realizadas em busca do crescimento econômico e pela saída da crise, não foram de encontro as necessidades da classe trabalhadora, mas sim a favor das relações de poderes do grande capital. As contra-reformas aplicadas e as medidas de austeridades rebaterão diretamente nas políticas sociais, na seguridade pública bem como na assistência social, como abordaremos adiante.

3.4.1 Impeachment e assistência social e análise de dados

Conforme foi discutido ao longo de todo o capítulo, a seguridade social se tornou um direito por meio da Constituição Federal de 1988, instituindo a assistência social como um direito para quem dela necessitar. Todavia antes mesmo de sua efetivação inicia-se um processo de ações neoliberais que atinge diretamente sua consolidação. Via de regra, em momentos de crises, sejam elas por motivos políticos ou econômicos, as decisões por medidas de reformismo são tomadas, o que vemos no cenário atual é uma ampla adoção deste modelo de gestão, que vai de encontro as políticas e aos direitos sociais.

²⁴ O Estado do Rio de Janeiro instaurou uma intervenção militar em fevereiro de 2018 que deve durar até o mês de dezembro do mesmo ano. Temer em seu discurso no dia 16 de fevereiro de 2018 o decreto foi assinado para “conter grave comprometimento da ordem pública”, e afirma que: “Os senhores sabem que eu tomo essa medida extrema, porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado e as quadrilhas” (BRASIL,2018).

Neste cenário apresentado, a seguridade social como um todo passam a sofrer duros ataques, por isso a necessidade de compreender o que estas transformações no mundo político e econômico afetam o cotidiano do assistente social em seus espaços de trabalho.

Como proposto no início do trabalho, analisamos sites do Governo Federal brasileiro para apreender ações de contrarreforma do governo de Michel Temer acerca da Política Nacional de Assistência Social, assim como as reflexões em torno das formas de resistência coletivas na arena política entre o período de 2016 a 2018, usando como base os documentos expressos nos sites do FONSEAS (Fórum Nacional de Secretários (as) do Estado da Assistência Social), CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), FNTSUAS (Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social).

Foram mais de sessenta links lidos, sendo selecionados para a análise das propostas de contra-reforma trinta e dois. Para compreensão do processo de análise dos documentos, foram feitas cinco tabelas (APÊNDICE A, B, C, D). Após a análise dos dados foram identificadas cinco propostas de contra-reforma do governo de Michel Temer entre o período de 12 de maio de 2016 a 31 de janeiro de 2018, sendo elas: a criação do Programa Criança Feliz; Programa Progredir; Programa Nacional de Voluntariado; Programa Cartão Reforma e a transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O Programa Criança Feliz (CF) passa a ser anunciado no dia 2 de agosto de 2016 no site do governo e na página pessoal do presidente e tem como marco legal a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre políticas públicas na chamada primeira infância, que decorre nos primeiros anos de vida do indivíduo. Vemos deste o início muita divulgação em torno do Programa CF, que prevê atender famílias com crianças entre zero e seis anos, por meio de ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. Sendo realizadas visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família pelas equipes do Criança Feliz que farão o acompanhamento e darão orientações para fortalecer os vínculos familiares e comunitários estimulando o desenvolvimento infantil (BRASIL, 2018r).

Criança Feliz é homologado por meio do Decreto Nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Na cerimônia de lançamento a imagem de Marcela Temer passa a ser vinculada como

embaixadora do programa. Passamos a retroceder com a volta do primeiro damismo, tão criticado e questionado pelo serviço social. Em nota o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), demonstra seu posicionamento contrário:

O anúncio da primeira-dama como embaixadora voluntária do Programa Criança Feliz pelo governo ilegítimo, na quarta-feira (5/10), resgata com força elementos históricos que, neste momento, fortalecem ondas conservadoras que atingem visceralmente a classe trabalhadora: a negação do direito social, a desprofissionalização das políticas sociais e a condição subalterna da mulher. O primeiro significado deste ato consiste no deslocamento do direito social para uma ode à filantropia, ao voluntariado e à solidariedade indiferenciada. Busca-se fortalecer o reino das virtudes como diretriz central no atendimento às necessidades da classe trabalhadora dentro da “ordem e progresso” em diferentes políticas sociais, tais como assistência social, saúde, educação (CFESS, 2016).

Marcela já conhecida por uma capa de revista como “bela, recatada e do lar”²⁵, fortalece o caráter conservador que as esferas políticas tem tomado nos últimos anos. Conseqüentemente os direitos passam a ser caracterizados como uma ação de bondade ou pelas benesses cedidas por um governo, representado por uma imagem, no caso, a imagem de uma mulher “exemplar” para a promoção de um programa social.

O Decreto Nº 8.869 institui que o Programa trabalhe de forma intersetorial, buscando integrar ações articuladas com “políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, entre outras” (BRASIL, 2018x). No que desrespeita a assistência social temos a Resolução nº 19/2016, que instaura o mesmo no âmbito do SUAS e a Resolução nº 20/2016 e que “Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para os exercícios de 2016 e 2017” (BRASIL, 2018k2).

O CF tem como público alvo gestantes e crianças de 0 a seis anos de idade, quanto aos seus objetivos temos esclarecidos no artigo 3º:

- I - Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- II - Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- III - Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- IV - Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e
- V - Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL,2018x).

²⁵ A notícia saiu na Revista Veja, disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Os cinco objetivos citados acima serão alcançados através de visitas domiciliares recorrentes, feitas por profissionais capacitado e por meio de ações complementares para gestantes e seus familiares. Os profissionais competentes para realização das visitas podem ser de nível médio, técnico ou superior, que integrem as categorias determinadas pelo SUAS, os quais devem ser supervisionados pelo técnico de referência do CRAS (BRASIL, 2018x). O governo lançou um “Guia de visita domiciliar” (BRASIL, 2018k1) no qual especifica a frequência das visitas conforme a idade das crianças assistidas, como apresentado no quadro a abaixo:

QUADRO 3 - PERIODIODICIADADE DAS VISITAS

MENSAL	Para famílias com gestantes.
SEMANAL	Para famílias com crianças, com ou sem deficiência, de 0 a 24 meses.
QUINZENAL	Para famílias com crianças, com ou sem deficiência, de 24 a 36 meses.
SEMANAL ou MENSAL	Para famílias com crianças com deficiência, de 36 a 72 meses incompletos, de acordo com a singularidade de cada família.

Fonte: BRASIL, 2017

No que diz respeito ao financiamento do CF, o artigo nº 11 vem trazendo que os recursos utilizados “correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente nos órgãos e nas entidades envolvidos, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual” (BRASIL, 2018x). A portaria nº 295, de 8 de dezembro de 2016, também trata do financiamento para o Programa, o qual “dar-se-á mediante o repasse de recursos diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos fundos de assistência social dos: I - estados, em parcela única, por exercício; II - municípios e do Distrito Federal, em parcelas mensais”. Porém muitos municípios não têm aderido, alegando que este traz muitos gastos (CNM, 2017), visto que o valor do financiamento mensalmente por pessoas corresponde a R\$ 50,00 (cinquenta reais) isso observando o teto máximo que é distribuído conforme a Resolução do CNAS 20/2011 em seu Art. 4º:

- I - Pequeno Porte I: referenciamento de até 100 (cem) indivíduos do público prioritário por CRAS;
- II - Pequeno Porte II: referenciamento de até 150 (cento e cinquenta) indivíduos do público prioritário por CRAS;

III - Médio, Grande Porte e Metrópole: referenciamento de até 200 (duzentos) indivíduos do público prioritário por CRAS (BRASIL,2018k2).

O CF se correlaciona de forma direta com os programa da Primeira Infância como é ratificado com as resoluções apresentadas e com o Programa Bolsa Família posto que seu objetivo é de promover o desenvolvimento integral de crianças beneficiárias do Bolsa Família como aponta Temer na cerimônia de lançamento: “O presidente da República, Michel Temer, ressaltou a que o programa vai reforçar os cuidados com as famílias mais pobres e ao mesmo tempo contribuir para futuro do país, reforçando programas sociais, principalmente, o Bolsa Família” (BRASIL, 2018h1).

O Programa está de acordo com as políticas de governos anteriores seguindo no controle da pobreza, por meio de políticas básicas nos primeiros anos de vida do indivíduo como bem orientado por Amartya Sen, transmitindo a responsabilidade de sucesso ou da condição de pobreza ao sujeito como podemos confirmar na fala do ministro Osmar Terra na cerimônia de lançamento do CF:

É uma ruptura do ciclo da transmissão intergeracional da pobreza. Pais pobres que vivem em um ambiente estressante tem dificuldade de estimular adequadamente seus filhos terão maior probabilidade de criar esse ciclo de romper, eles têm mais probabilidade de criar um ciclo de transmissão da pobreza. Seus filhos terão baixa escolaridade, terão a tendência a ter baixa escolaridade e com isso uma mais probabilidade de ter uma profissão mal remunerada tendendo a reproduzir uma nova família dentro dos parâmetros da pobreza. Ao contrario o filho de uma família pobre, mas bem estimulado no início de vida aumentará suas chances de ter uma escolaridade maior, uma profissão melhor, mais bem remunerado e tirar sua família de pobreza (TERRA, 2016).

O Programa tem um caráter contraditório, salvo que busca trabalhar em articulação com as políticas de educação, saúde e assistência tendo como plano de fundo o contexto de desmonte destes espaços, e retrocessos. No qual passa a sobrecarregar estas áreas, visto que não dispõe de recursos suficientes para novas contratações de recurso humano, os quais devem conforme o artigo 4º do Decreto Nº 8.869, realizar visitas regulares as famílias que são objeto de ação do programa (BRASIL, 2018x). Como no caso dos CRAS já que as famílias que são atendidas por estes programas são referenciadas nestas unidades e é um dos critérios cobrados aos municípios participantes.

O apenas retoma a ações já desenvolvidas pelo Programa Bolsa Família, as ações já previstas no Programa Primeira Infância e pelo Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF), dentro dos CRAS, desenvolvido pelo assistente social. Então porque não apenas ampliar estas ações e programas, assim como o trabalho em rede? Em nota o Conselho

Estadual de Assistência Social (CEAS) de Minas Gerais se pronuncia contra a não adesão do CF e aponta o mesmo questionamento:

Ressalta-se, ainda, que o Pacto de Aprimoramento do SUAS - 2013/2017 estabeleceu como prioridade para o Governo Federal a ampliação da cobertura dos CRAS nos municípios de grande porte e metrópoles e que, neste período, não houve nenhuma expansão para o alcance da meta estabelecida. No Estado de Minas Gerais existem 175 municípios sem o cofinanciamento federal para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Destaca-se que crianças entre 0 e 6 anos de idade estão entre os principais públicos do Serviço de Convivência e figura entre os usuários em situação prioritária por violação ou por vulnerabilidade que diz respeito à pessoa com deficiência. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio que tem como principais usuários as crianças de até 6 anos com deficiência, com prioridade para aquelas que são beneficiárias do PBF e BPC, ainda não dispõem de cofinanciamento federal para sua implantação. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que também priorizam crianças de até 6 anos de idade, ainda conta com uma cobertura insuficiente nos municípios e com um valor de referência do cofinanciamento federal aquém para garantir qualidade esperada para este serviço (Conselho Estadual de Assistência Social, 2018).

A próxima proposta a ser analisada trata do **Programa Progredir**, homologado no dia 27 de setembro de 2017, pelo Decreto nº 9.160, apresenta como principal objetivo a geração de emprego e renda destinado as pessoas inscritas no Cadastro Único, tendo como “prioritariamente com renda de até meio salário mínimo per capita” (BRASIL,2018j). Assim sendo efetivadas por meio de um plano de ações do governo federal com parcerias privados em torno de 3 eixos: encaminhamento para o mercado de trabalho; incentivo a qualificação profissional e ao empreendedorismo.

O encaminhamento ao mercado de trabalho é feito mediante elaboração de currículos que criam a identificação do perfil dos candidatos para facilitar o cruzamento de dados, para encontrar uma possível vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras do programa. O segundo eixo é firmado pela qualificação profissional que conta com ofertas de cursos recorrentes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o qual por intermédio do Pronatec Oferta Voluntária, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), oferece cursos dentro de instituições privadas em parcerias. Também conta com oficinas de educação financeira e inclusão digital. Já o empreendedorismo é realizado através de incentivos ao microcrédito para as famílias investirem em seu próprio negócio.

Quando ao custeio são tratados nos artigos 6º e 7º, os quais descrevem que “poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades

privadas, na forma da legislação pertinente” (BRASIL, 2018j). Sendo que os custeios poderão ser realizados por outras fontes que se destinadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios ou por instituições privadas.

As ações do programa estão correlacionadas com os dezessete objetivos definidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) como a erradicação da pobreza, o incentivo a educação, crescimento econômico e do trabalho, assim como a redução das desigualdades e busca de parcerias e meios de implementação (ONUBR,2018). Como vemos as instituições do capital central continua a ditar as regras:

Os novos Objetivos e metas entrarão em vigor no dia 10 de janeiro de 2016 e orientarão as decisões que tomamos ao longo dos próximos quinze anos. Todos nós vamos trabalhar para implementar a Agenda dentro de nossos próprios países e em nível regional e global, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais (ONUBR,2018).

O Progredir se correlaciona com o programa já existente Pronatec instituído em 2011, tanto que ele fica como uma das áreas do Progredir integrando a educação financeira e a inclusão digital. Todavia, o Programa é aplicado como a salvação dos usuários dos programas assistenciais, que devem buscar na qualificação profissional e nas ações empreendedoras saírem da condição de pobreza. Pensamentos que estão em conformidade com as tendências neoliberais, advindas com a necessidade de criar mão de obra qualificada para compor o exército industrial de reserva, bem como ações de empreendedorismo espalhadas como oportunidade de se tornar um trabalhador livre das relações empregador e empregado, mas que no fundo passam a contribuir para o enfraquecimento da classe trabalhadora, que nestas novas configurações do mundo do trabalho passa a ter dificuldades de enxergar-se e identificar o companheiro como um trabalhador, envolvidos nas mesmas relações de exploração.

A terceira proposta a ser analisada é o **Programa Nacional de Voluntariado**, criado pelo Decreto 9.149/2017, com as seguintes finalidades: I – promover o voluntariado de forma articulada entre o Governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado; e II – incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade, com enfoque no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (BRASIL,2018z). Que cria uma um Conselho Gestor do Programa, que ficará com a função de regulamentar o Prêmio Nacional de Voluntariado que reconhece os destaques dentro da âmbito nacional, por região e local.

Além de prever a tomada de espaços públicos para as ações voluntárias “O Governo federal incentivará a utilização de espaços físicos públicos para a prática de atividades voluntárias que visem à promoção do bem-estar social e à melhoria da qualidade de vida das pessoas” (BRASIL, 2017z), da mesma forma que vai “incentivar” seus servidores a integrarem ações voluntárias.

Além disso, o programa está estruturado por meio do Projeto de Cooperação Internacional (PRODOC), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em um Protocolo de Intenções firmado com o Movimento Brasil Competitivo, ou seja, como vemos mais uma proposta que se alinha com as medidas definidas pelos Estados Unidos e seus interesses. Tendo por objetivo incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade, bem como o Art. 3º:

- I - A promoção, a valorização e o reconhecimento do voluntariado no País;
- II - O desenvolvimento da cultura da educação para a cidadania e o engajamento dos cidadãos;
- III - O fortalecimento das organizações da sociedade civil;
- IV - O estímulo à integração e à convergência de interesses entre voluntários e iniciativas que demandem ações de voluntariado; e
- V - A participação ativa da sociedade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (BRASIL, 2018z).

Seus objetivos estão ligados com a extrema flexibilização do trabalho no século XXI, que é encarado como algo tão gratificante que deve ser desenvolvido de forma voluntária, assim como a desresponsabilização do Estado de suas obrigações. Visando a redução e a economia dos gastos em políticas sociais conquistadas como direito, que passam a ser convocadas para serem realizadas pela sociedade civil, por meio do espírito colaborador e a boa fé.

Esta proposta se torna indecente diante do índice de precarizações sofridas aos trabalhadores do SUAS, que não recebem salários condicentes com suas funções; não tem uma estrutura física e material, que colabore com o desempenho do seu trabalho; vivem com acúmulo de funções, mas claro vão ter que abrir espaço em suas agendas para desenvolver ações voluntárias. Pois claramente desejam receber uma medalha de reconhecimento em uma cerimônia, que não pagará a conta no fim do mês.

Um proposta, no mínimo, controversa visto o alto índice de desemprego no Brasil, que tem aumentado como é comprovado pelos dados da PNAD (2018):

A taxa de desocupação (12,7%) no trimestre móvel de março a maio de 2018 ficou estável em relação ao trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 (12,6%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, março a maio de 2017 (13,3%), houve queda de 0,6 ponto percentual.

Ela representa nada mais que a exploração da força de trabalho gratuita, que fortalece o caráter moralizador da pobreza e segue o caminho da caridade como resposta a demanda dos serviços que deveriam ser prestados de forma contínua, com qualidade e avanço pelo poder público. Contrário as ações voluntárias, o CRESS do estado de São Paulo se pronunciou: “Somos ainda contrários ao voluntariado, que visa substituir a operacionalização dos serviços socioassistenciais na medida em que inviabiliza a contratação de profissionais competentes para o desempenho de atividades laborativas remuneradas” (CRESS-SP, 2016).

Outra análise tange a proposta regulamentada pelo Decreto n° 9.084/2017, o **Programa Cartão Reforma**, que é criado pela Lei n° 13.439 em 27 de abril de 2017, sendo um benefício que pode ser usado para a compra de material de construção e reforma do imóvel devendo ser adquiridos em lojas credenciadas pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), para ter acesso o indivíduo tem que se encaixar em alguns critérios como:

- I - Integrar grupo familiar com renda mensal de até R\$ 2.811,00 (dois mil, oitocentos e onze reais);
- II - Ser proprietário, possuidor ou detentor de imóvel residencial, em áreas regularizadas ou passíveis de regularização, na forma da lei, excluído o ocupante de imóveis cedidos ou alugados; e
- III - Ser maior de dezoito anos ou emancipado (BRASIL, 2018o1).

O cartão deverá ser utilizado apenas para reforma no prazo de até nove meses após sua emissão. O valor do cartão não é acumulativo, sendo que no Programa existem prioridade para as mulheres, pessoas com deficiência, pessoa idosa e quem possuir renda mais baixa. Porém, as casas têm que se enquadrarem em pelo menos um dos critérios para obterem o benefício:

- I - Relativamente às obras de reforma ou ampliação:
 - a) apresentar mais de três integrantes do grupo familiar por dormitório;
 - b) não possuir banheiro ou sanitário de uso exclusivo do grupo familiar;
 - c) apresentar inadequação da cobertura; ou
 - d) não possuir solução adequada de esgotamento sanitário; ou
- II - Carecer de conclusão da unidade habitacional relativamente, de forma cumulativa ou não, à alvenaria interna ou externa; às instalações elétricas e hidrossanitárias; aos revestimentos internos ou externos, inclusive pintura; forro e reforma da cobertura; à instalação de piso; à instalação de esquadrias; e à acessibilidade (BRASIL, 2018o1).

O Programa segue a linha da financierização e dos programas de transferência de renda, muito bem articulados e expandidos nos governos do PT. Representando um dos caminhos incorporados pela política de “assistencialização”, a qual se efetiva por meio dos programas e serviços de transferência de renda. Em que o acesso se dá pela comprovação da pobreza e a cidadania passa a ser efetivado pelas relações de mercado; o cidadão pobre passa a ser considerado um cidadão consumidor como aponta (MOTA, 2009). Estratégia que foi usada pelo PT com o Programa Bolsa Família, carro chefe do seu governo, fazendo grande publicitação e divulgação do mesmo, da mesma forma o governo atual, em torno de suas ações e propostas. Proposta que ratifica a estratégia dual de combate à pobreza, a qual trabalhamos ao longo do segundo capítulo da pesquisa.

Com a ampliação de gastos públicos chegamos a próxima mudança, correspondente a transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**, ficando sob o comando do deputado e ministro Osmar Terra. Essa mudança foi homologada no dia 16 de maio de 2016, como uma medida provisória, mas logo em seguida passa a ser tornar Lei nº 13.341/2016.

Esta transformação no ministério além de representar uma das mudanças de austeridade tomadas pelo presidente em exercício, representa uma significativa perda no que trata das políticas de desenvolvimento sociais, lembrando que a PEC do Teto também contribui para o cenário de poucos recursos aplicados na seguridade social. Outro fato que vale a pena ser considerado, neste momento, é a forte presença da bancada ruralista no cenário político, a qual sempre manteve suas ligações de poder com o Estado brasileiro, mas que tem se fortalecido com a onda de conservadorismo crescente.

Do mesmo modo em que reduzirá os investimentos dentro das políticas públicas de incentivo de agricultura familiar e de reforma agrária, questão problemática e pertinente no processo histórico do Brasil, em que frentes com o Movimento sem Terra (MST) atua. O MST embora não seja uma das fontes de nossa pesquisa de resistência, vale a pena apontar que o movimento fez severas críticas a junção dos ministérios, já que sem gestão e orçamento próprio as problemáticas em torno da terra tendem a crescer.

O fim do MDA representou um grande retrocesso ao campo brasileiro. O MDA representava muito mais que um símbolo, que uma estrutura governamental. Era a expressão contundente da importância da agricultura familiar e da reforma agrária, do desenvolvimento agrário, dos povos e comunidades tradicionais, das diferentes realidades do meio rural e acima de tudo, uma arquitetura de políticas públicas

focadas nestes públicos. Neste momento, as políticas estão paralisadas e as equipes que construíram este grande legado, estão sendo desfeitas inconsequentemente (INTINI,2016).

Passamos agora para a segunda fase da análise, que desrespeita aos documentos de resistências (APENDICE E) coletados nos sites do Fórum Nacional de Secretários (as) do Estado da Assistência Social (FONSEAS), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Fórum Nacional dos/as Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS).

Acercas desses, cabe destacar que no site do CONGEMAS não foram identificados nenhuma manifestação de resistência às contra-reformas anunciadas pelo Governo Temer. Ao contrário, o site exibe um conjunto de notícia que objetivam divulgar e apoiar as referidas ações, sendo o único sujeito coletivo que observamos esse posicionamento, como veremos a seguir.

Em 13 de maio de 2016, o FONACEAS lança um **manifesto** contra a junção dos ministérios – MDS com MDA – esclarecendo que esta proposta representa um retrocesso para as políticas públicas do país, que tem como marco legal a Constituição de 1988 e que compõe a Seguridade Social, analisando como um prejuízo à mesma, como pode-se observar nesse estrato: “É primordial preservar a identidade desta Política, da Instituição do Comando Único, da Defesa de Direitos da Proteção Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como, da garantia da continuidade e fortalecimento da Secretária Nacional de Assistência Social” (BRASIL, 2018r1).

No dia 16 de maio de 2016, O FNTSUAS publica uma **carta** em defesa da Seguridade Social e a Política de Assistência Social, indo contra as medidas provisória 726 de maio de 2016, que segundo eles “(..) significam a redução significativa da atuação do Estado brasileiro na área social, a privatização e redução dos direitos sociais em detrimento aos interesses do mercado” (BRASIL, 2018n). O FNTSUAS defende a garantia dos direitos dos serviços socioassistencias, assim como:

2-O reconhecimento da obrigatoriedade dos recursos orçamentários vinculados ao SUAS para oferta de serviços, benefícios e programas da Política de Assistência Social; 3- A participação da população nos espaços de controle social em todos os níveis de governo; 4- A manutenção da cobertura ampla do Programa Bolsa Família de 25% da população atingida por precarização e privações significativas que ameaçam a sua dignidade humana; 5- A defesa dos direitos de renda e autonomia afiançados pela Política Nacional de Assistência Social e garantidos pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC e manutenção da sua vinculação ao valor do salário

mínimo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988; 6- O fortalecimento da institucionalização da vigilância socioassistencial no SUAS, bem como manutenção e fortalecimento do Cadastro Único como instrumento de diagnóstico de territórios e de planejamento dos serviços e ampliação da cobertura da proteção; 7- O cumprimento do estabelecido no II Plano Decenal 2016-2026, construído com a participação de trabalhadores (as), usuários (as), entidades e gestores da política pública de assistência social na X Conferência Nacional de Assistência Social e aprovado por meio da Resolução CNAS Nº 7/2016 de 18 de maio de 2016 (BRASIL, 2018n).

Já no dia seguinte, 17 de maio, o CNAS faz uma **moção** em defesa do BPC e da seguridade social, as quais passam a sofrer cortes com a PEC 287, que trata da Reforma da Previdência. Neste documento, destinado ao Congresso Nacional, o CNAS com o Conselho Nacional de Saúde (CNS); Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa de Deficiência (CONADE); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) firmam seu posicionamento contra a Reforma e destacam a importância do BPC dentro do Sistema de Proteção Social, e da necessidade de preservar a democracia dentro das decisões que toquem a seguridade social. Destacamos os pontos que estas representações discordam:

1) As pessoas com deficiência e os idosos foram separados em incisos distintos no artigo, fragmentando a proteção garantida pelo benefício; 2) O estabelecimento constitucional de um “benefício” na Constituição foi substituído pela instituição de “transferência de renda”, o que altera a concepção político-jurídica do BPC como benefício não contributivo da Seguridade Social; 3) O texto substitutivo prevê análise da renda “integral” da família, impossibilitando descontos de renda eventuais, sazonais, decorrentes de transferências de renda ou que estimulem a formação de membros da família capacitando-os ao trabalho, como a renda proveniente de bolsas de estágio supervisionado, recentemente incluída pela Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/2015; 4) Previsão de que o recurso para idosos e pessoas com deficiência apenas será efetivado quando o art. 229 da Constituição Federal não puder ser aplicado, indicando que as crianças e adolescentes apenas teriam acesso ao benefício quando seus pais não tiverem mais o dever de assisti-los, criá-los e educá-los, o que restringe o acesso do benefício a crianças acolhidas ou abrigadas em entidades, pois os pais que não podem manter economicamente seu filhos ainda possuem dever de assistir, criar e educar. No mesmo sentido, o BPC apenas deveria ser efetivado quando os filhos não pudessem ajudar e amparar seus pais na velhice, carência ou enfermidade. Vale destacar que a regra passaria a desconsiderar a renda do domicílio, vinculada ao teto, atualmente utilizada para acesso ao BPC, assim como pelos programas de transferência de renda (BRASIL, 2018s1).

Em consenso com o manifesto anterior, o CNAS vê a necessidade de lutar contra as investidas políticas de retrocessos que passam a surgir, com isso lança uma **nota** pública em defesa da Política de Assistência Social, no dia 19 de maio de 2016. Em nota representativa em defesa dos direitos socioassistencial, o órgão apresenta as leis que firma o compromisso do Estado com essa ação bem como a própria Política de Assistência social, a

Seguridade Social, Lei das SUAS nº 12.435/2011 como também a Lei 12.435/2011 que “estabelece o modelo de gestão compartilhada entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) regidos pelo pacto federativo” (BRASIL, 2018s1). Terminando o documento expressam: “Nesse sentido, o controle social e a Política Pública de Assistência Social devem ser fortalecidos e consolidados como sistema público que garanta proteção social e amplie direitos na direção de um Brasil mais justo” (BRASIL, 2018s1).

Contra a PEC 241/2016, conhecida como PEC dos gastos, CNAS lança uma **nota** no dia 15 de setembro de 2016; por meio desta ela apresenta a proposta da PEC e seus rebatimentos em torno do SUAS. Demonstrando o quanto a mesma irá atingir a assistência, que fica impedida de ser efetivada e crescer:

O Sistema Único de Assistência Social é um Sistema Público relativamente novo, datado do ano de 2005 e ainda se encontra em fase de consolidação e de afirmação, portanto os efeitos para essa política serão ainda mais danosos, em face aos impactos, visto que a Assistência Social não tem vinculação orçamentária constitucionalmente definida (CNAS,2018).

No mês de junho de 2017, entre os dias 1 e 2, ocorreu o **V Seminário do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social** em Fortaleza, no Ceará com o tema "Nenhum direito a menos no suas: impactos do desmonte da seguridade social e a construção coletiva da assistência". Para análise usamos os slides das mesas do evento disponibilizados no dia 3 de agosto de 2017. A primeira mesa, presidida pela Alba Maria Pinho de Carvalho, trabalha sobre o desmonte da Seguridade Social dentro do marco do golpe de Estado sofrido por Dilma em 2016, segundo ela instaura-se um Estado autoritário e conservador, que intensifica as relações de trabalho. Segundo Carvalho (2017, p. 4) estamos passando por um tempo de “radicalização conservadora”. Já que o Estado tem exercido forte controle social através das relações de mercado e realizando uma série de medidas que representam o desmonte de direitos contra os trabalhadores. Portanto, se faz necessário a resistência e o enfrentamento a esses retrocessos, tema que é debatido na segunda mesa do evento “Nenhum direito a menos: estratégias de resistência da classe trabalhadora”, pela Solange Bueno, representante do Fórum Nacional de Usuários dos SUAS. O Seminário discorre também sobre o SUAS enquanto a terceirização; os benefícios, serviços e programa; o golpe e os rebatimentos ao SUAS” (CNAS, 2018).

Ainda sobre cortes de orçamento o CNAS apresenta no dia 9 de julho de 2017 uma **nota** de repúdio ao corte orçamentário previsto para a Assistência Social, no ano de

2018. No documento eles deixam claro a necessidade do repasse integral para a área e a preservação do direito, sabendo que “todos os recursos da Assistência Social são obrigatórios”. Trazem também a proposta aprovada do corte de

(...) despesas dos serviços, programas, projetos da Assistência Social, no valor de R\$ 3.109.445.448.00 representando o percentual de corte de 98,05% e, das despesas destinadas as pessoas idosas e com deficiência no valor de R\$ 3.851.527.531.00 com percentual de corte de 6,52%. (BRASIL, 2018y1).

Como apresentado nos capítulos anteriores da discussão, o desmonte da Seguridade Social, vem ocorrendo com maior intensificação no governo Temer, por isso podemos ver o grande número de manifestações dos órgãos de resistência em meados de 2016. Deste modo compreendemos as necessidades de fazer frente contra todo e qualquer processo que se mostre como um retrocesso dentro do que desrespeita a democracia representativa já consolidada na Constituição de 1988, tal como em reformas que retirem os direitos duramente conquistados no âmbito da seguridade social brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do trabalho, que foi separado em três momentos principais, percorremos a princípio pela história do capitalismo, desta sua gênese até o capitalismo contemporâneo, tocando em pontos centrais como a mais-valia, a mercadoria, o trabalho e a “questão social”. Para que só assim entrássemos no debate em torno da pobreza e a internacionalização do seu combate, de forma geral, e, posteriormente, acerca das particularidades no contexto brasileiro. Deste modo foi possível alcançar um dos objetivos propostos enquanto compreender o processo de crise e o aprofundamento do empobrecimento da população e as estratégias e ações de *internacionalização do combate à pobreza*.

Adentramos as particularidades do processo brasileiro de ditadura e de reabertura política, que instaura a Constituição Federal de 1988, como um marco do retorno da democracia. Pela qual iniciamos o estudo em torno da Política de Assistência Social, instaurada como um direito integrado a Seguridade Social, assim como a saúde e a previdência social. A partir de então, fazendo um resgate temporal dos governos do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso, e do PT, de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, buscou-se destacar algum dos principais fatos no bojo da assistência social. Isso nos possibilitou chegar aos conflitos políticos e a conjuntura de crise, tanto econômica quanto política, que deflagram o impeachment da presidenta e fizera emergir o atual presidente.

Realizado este processo de nos debruçamos para compreender as relações que antecedem o impeachment e a instalação do governo de Michel Temer, passamos à análise dos dados, coletados via pesquisa documental, acerca da contra-reformas anunciadas entre 12 de maio de 2016 a 31 de janeiro de 2018. Como instrumento de coleta foram elaboradas um conjunto de tabelas, em apêndice, através das quais pode-se encontrar cinco propostas aprovadas e que já se encontram em ação. Essas se alinham as diretrizes sugeridas pelo Banco Mundial e pelo Consenso de Washington, assim como as diretrizes do neoliberalismo para a reestruturação dos Estados nacionais, sendo: o Programa Criança Feliz; Programa Progredir; o Programa Nacional de Voluntariado; o Programa Cartão Reforma; a transformação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

No segundo momento da pesquisa documental levantamos os documentos publicados pelas forças de resistência no mesmo período, contra as propostas de retrocesso na Política Nacional de Assistência Social. Do mesmo modo, foi realizada a coleta de dados e utilizada tabela, em apêndice, através da qual pode-se encontrar sete documentos que apresentam notas contrárias aos cortes orçamentários e os retrocessos da política e dos direitos da classe trabalhadora: FONACEAS - **manifesto** contra a junção dos ministérios – MDS com MDA; FNTSUAS - **carta** em defesa da Seguridade Social e a Política de Assistência Social e contra as medidas provisória 726 de maio de 2016, **slides** do V Seminário do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social cujo tema "Nenhum direito a menos no suas: impactos do desmonte da seguridade social e a construção coletiva da assistência"; CNAS - **moção** em defesa do BPC e da seguridade social, **nota** pública em defesa da Política de Assistência Social, **nota** contra a PEC 241/2016, **nota** de repúdio ao corte orçamentário previsto para a Assistência Social.

Portanto, ao findar desta pesquisa conseguimos alcançar os objetivos indicados ao início do trabalho como refletir e identificar as propostas de *contra-reformas* do governo de Michel Temer para a política nacional de assistência social, assim como as formas de resistências coletivas expressas na arena política, entre o período de 2016 a janeiro de 2018. Contudo, houveram limitações que nos impediram de aprofundar o debate, uma delas é a limitação do tempo pertinente visto que a pesquisa tem um prazo estipulado para acontecer, além de questões pessoais que contribuíram para que seu fim fosse adiantado.

Apesar disso, acredita-se que essa pesquisa possa contribuir para o adensamento das reflexões dos profissionais que atuam dentro da política de assistência social no país. Isso, visto que os dados apontados por essa pesquisa tange o cenário político atual, principalmente, as alterações que impactarão a Política Nacional de Assistência Social, logo, de forma direta, também os trabalhadores e usuários dessa política. Assim, fica o chamado para a construção de novos trabalhos relacionados ao objeto apresentado nesse trabalho de conclusão de curso, visto que é de suma importância a compreensão das mediações concretas da realidade.

Dito isso deixo algumas sugestões de caminhos para novas pesquisas. Uma delas é as diversas possibilidades e frentes de estudos relacionados aos novos programas identificados no governo Temer, seja quanto ao desenvolvimento, acompanhamento ou resultados. Bem como estudos em torno da assistência social no decorrer do ano de 2018, visto o corte

orçamentário previsto. Ademais, refletir acerca das demandas de seus usuários, tendo em vista que irá rebater sobre esses a PEC dos gastos públicos; a mesmo tempo que repercute no trabalho dos assistentes sociais que atuam nessa política. Assim como um estudo mais profundo e completo acerca do governo de Michel Temer, observando como seus norteamento políticos, econômicos e sociais figuram enquanto continuidade ou ruptura em relação aos governos anteriores, adentrando ao delicado debate, que hoje toma a centralidade do cotidiano, “se o impeachment de fato se concretiza como um golpe de Estado ou não?”.

Acreditamos que todos esses caminhos sejam profícuos, embora também signifiquem um trabalho árduo. Deste modo fica aqui o convite para o debate, enfrentamento e produções futuras.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 3

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. 2008. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf. Acesso 02 jul. 2018.

BARBOSA, Bernardo. **Relator da Lava Jato no STJ rejeita pedido de habeas corpus de Lula**. UOL. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/15/relator-da-lava-jato-no-stj-rejeita-pedido-de-habeas-corpus-de-lula.htm> Acesso em: 25/05/2018

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BEHRING, E.R. **Brasil em contrarreforma**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, R. Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamento e história** - São Paulo. Cortez. 8º ed. 2011.

BOGHOSSIAN, Bruno. **Temer lança campanha de R\$ 20 mi para defender reforma da Previdência**. Folha de São Paulo. Brasília, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1935905-temer-lanca-campanha-de-r-20-mi-para-defender-reforma-da-previdencia.shtml> Acesso: 22 jun. 2018.

BOITO JR. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ São Paulo, SP. Editora Unesp, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: Conquistas e limites à sua efetivação**. 2006. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf Acesso em: 10 jun. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006, p. 25-57.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**, TÍTULO VIII Da Ordem Social. Brasília, 1988. Disponível em: file:///C:/Users/dani-/Downloads/legislacao_constituicao_federal.pdf Acesso em: 10 mai. 2018a.

BRASIL, **DECRETO Nº 1.366, DE 12 DE JANEIRO DE 1995**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1366.htm Acesso em: 11 jun. 2018b.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm . Acesso em: 11 jun. 2018c.

BRASIL, **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE DEZEMBRO DE 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em: 11 jun. 2018d.

BRASIL, **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm Acesso em: 11 jun. 2018e.

BRASIL, **LEI Nº 13.332, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13332.htm. Acesso em: 18 jun. 2018f.

BRASIL, **NOB SUAS 2012**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018g.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf f. Acesso em: 01 jun. 2018h.

BRASIL, **Seguridade Social. Assistência Social**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 22 jun. 2018i.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.160, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9160.htm. Acesso em: 22 jun. 2018j.

BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968**. Brasília, 1968. Disponível : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 22 jun. 2018k.

BRASIL. **Avanços sim, retrocessos não!** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/avancos-sim-retrocessos-nao.pdf/view> Acesso em: 21 jun. 2018l.

BRASIL. **Boletim BPC 2015**. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/boletim_BPC_2015.pdf Acesso em: 18 jun. 2018m.

BRASIL. **CARTA ABERTA DO FNTSUAS**: Em defesa da Seguridade Social Brasileira e da Política de Assistência Social. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/carta-do-fntsuas-1.pdf/download Acesso em: 21 jun. 2018n.

BRASIL. **CARTILHA BOLSA FAMILIA 2015**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf Acesso em: 26 mai. 2018o.

BRASIL. **Com incentivos, pessoas de baixa renda serão integradas à economia.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/09/com-incentivos-pessoas-de-baixa-renda-serao-integradas-a-economia>. Acesso em: 21 jun. 2018p.

BRASIL. **Com o Criança Feliz, Brasil cuidará do desenvolvimento integral na primeira infância.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/com-o-crianca-feliz-brasil-cuidara-do-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia>. Acesso em: 21 jun. 2018q.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social aprova implantação do Programa Criança Feliz.** Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/novembro/conselho-nacional-de-assistencia-social-aprova-implantacao-do-programa-crianca-feliz>. Acesso em: 21 jun. 2018r.

BRASIL. **Criança Feliz – Experiências de estados e municípios vão integrar programa federal.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/crianca-feliz-2013-experiencias-de-estados-e-municipios-vao-integrar-programa-federal>. Acesso em: 21 jun. 2018s.

BRASIL. **Criança Feliz – Ministérios discutem estratégias para o Programa.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/setembro/crianca-feliz-2013-ministerios-discutem-estrategias-para-o-programa> Acesso em: 21 jun. 2018t.

BRASIL. **Criança Feliz: desenvolvimento integral das crianças é foco do programa.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro>. Acesso em: 21 jun. 2018u.

BRASIL. **Criança Feliz: desenvolvimento integral das crianças é foco do programa.** Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/crianca-feliz-desenvolvimento-integral-das-criancas-e-foco-do-programa> Acesso em: 21 jun. 2018v.

BRASIL. **Criança Feliz: programa é aprovado por gestores estaduais, municipais e do governo federal.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/crianca-feliz-programa-e-aprovado-por-gestores-estaduais-municipais-e-do-governo-federal>. Acesso em: 21 jun. 2018w.

BRASIL. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016.** Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/legislacao/decretos/arquivos/decreto-8-869...2016.../download Acesso em: 22 jun. 2018x.

BRASIL. **Decreto nº 9.084, de 29 de junho de 2017.** Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9084.htm. Acesso em: 21 jun. 2018y.

BRASIL. **Decreto nº 9.149, de 28 de agosto de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9149.htm : Acesso em: 23 jun. 2018z.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Assinatura do Decreto de Intervenção na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.** Brasília/DF.

2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-assinatura-do-decreto-de-intervencao-na-seguranca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro-brasilia-df> Acesso em: 21 jun. 2018a1.

BRASIL. **Entenda o programa.** Disponível em: <http://mds.gov.br/crianca-feliz/entenda-o-programa/entenda-o-programa>. Acesso em: 21 jun. 2018b1.

BRASIL. **Entenda o que é o Cartão Reforma.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/entenda-o-que-e-o-cartao-reforma> Acesso em: 21 jun. 2018c1.

BRASIL. **Frente Parlamentar da Primeira Infância conhece ações do Programa Criança Feliz.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programa-crianca-feliz-e-apresentado-a-frente-parlamentar-da-primeira-infancia> Acesso em: 21 jun. 2018d1.

BRASIL. **Gestores aprovam medidas para inclusão produtiva dos beneficiários do Bolsa Família.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/dezembro/gestores-aprovam-medidas-para-inclusao-produtiva-dos-beneficiarios-do-bolsa-familia>. Acesso em: 21 jun. 2018e1.

BRASIL. **Gestores estaduais da assistência social participam de oficina sobre novas regras do BPC.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/dezembro/gestores-estaduais-da-assistencia-social-participam-de-oficina-sobre-novas-regras-do-bpc>. Acesso em: 21 jun. 2018f1.

BRASIL. **Governo federal lança ações para promover autonomia das famílias de baixa renda.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/governo-federal-lanca-pacote-de-aco-es-para-promover-autonomia-das-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 21/06/2018g1.

BRASIL. **Governo Federal lança Criança Feliz.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/governo-federal-lanca-o-programa-crianca-feliz> Acesso em: 21 jun. 2018h1.

BRASIL. **Governo lança programa para promover o desenvolvimento infantil.** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/governo-lanca-programa-para-promover-o-desenvolvimento-infantil> Acesso em: 21 jun. 2018i1.

BRASIL. **Governo lança programa para estimular turismo e investimentos no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2017/setembro/governo-lanca-programa-para-estimular-turismo-e-investimentos-no-rio-de-janeiro> Acesso em: 21 jun. 2018l.

BRASIL. **Governo publica lei que estabelece as regras da revisão dos benefícios do INSS.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2017/junho/governo-publica-lei-que-estabelece-as-regras-da-revisao-dos-beneficios-do-inss> . Acesso em: 21 jun. 2018j1.

BRASIL. **Guia para Visita Domiciliar 2017.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018k1.

BRASIL. **Lei de Migração entra em vigor nesta terça-feira (21).** Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/11/lei-de-migracao-entra-em-vigor-nesta-terca-feira-21>. Acesso em: 21 jun. 2018l1.

BRASIL. **LEI Nº 12.424, DE 16 DE JUNHO DE 2011.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm Acesso em: 30 jul.2018m1.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm Acesso em:22/06/2018n1

BRASIL. **Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13439.htm Acesso em: 23 jun. 2018o1.

BRASIL. **LEI Nº 13.341, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm Acesso em: 20 jun.2018p1.

BRASIL. **LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 23 jun. 2018P.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 23 jun. 2018q1.

BRASIL. **Manifesto do FONSEAS em defesa da Assistência Social** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/carta-fonseas-1.pdf/download>. Acesso em: 23 jun. 2018r1

BRASIL. **Manifesto FONACEAS** Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do_cnas/20160726131130782.pdf/view. Acesso em: 21 jun. 2018s1

BRASIL. **Manifestos e Notas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas>. Acesso em: 21 jun. 2018S1.

BRASIL. **MDS firma parceria com governo chinês para ações voltadas à primeira infância.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/mds-firma-parceria-com-governo-chines-para-aco-es-voltadas-a-primeira-infancia>. Acesso em: 21 jun. 2018t1.

BRASIL. **MDSA lança sistema para monitorar ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de->

imprensa/noticias/2016/setembro/mdsa-lanca-sistema-para-monitorar-aco-es-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil Acesso em: 21 jun. 2018u1.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html> Acesso em: 22 jun. 2018v1.

BRASIL. Ministro apresenta programa de primeira infância para secretários da assistência social. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/agosto/ministro-apresenta-programa-de-primeira-infancia-para-secretarios-da-assistencia-social>. Acesso em: 21 jun. 2018w1.

BRASIL. Nota BNDES sobre coluna em "O Globo". <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/nota-bndes-sobre-coluna-em-o-globo-08-03-2018>. Acesso em: 21 jun. 2018x1.

BRASIL. Nota do CNAS contrária a PEC 241/2016. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/arquivos/nota-do-cnas-contraria-a-pec-241.pdf/download. Acesso em: 21 jun. 2018y1.

BRASIL. Nota Pública do CNAS em Defesa da Política de Assistência Social Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/nota-publica-do-cnas-em-defesa-do-suas-1.pdf/download. Acesso em: 21 jun. 2018z1.

BRASIL. Pente-fino no auxílio-doença do INSS gera economia de R\$ 2,7 bilhões. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2017/agosto/pente-fino-no-auxilio-doenca-do-inss-gera-economia-de-r-2-7-bilhoes>. Acesso em: 21 jun. 2018a2.

BRASIL. Portaria nº 295, 8 de dezembro de 2016. Disponível em: mds.gov.br/area-de-imprensa/legislacao/portaria/portaria-no-295-8-de-dezembro-de-2016. Acesso em: 21 jun. 2018b2.

BRASIL. Portaria nº 295, de 8 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/legislacao/portaria/portaria-no-295-8-de-dezembro-de-2016> Acesso em: 22 jun. 2018c2.

BRASIL. Programa Criança Feliz fortalece marco legal da Primeira Infância. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programa-crianca-feliz-fortalece-marco-legal-da-primeira-infancia> Acessado em: 21 jun. 2018d2.

BRASIL. Programa Nacional de Voluntariado é instituído nesta terça-feira (29). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/08/programa-nacional-de-voluntariado-e-instituido-nesta-terca-feira-29>. Acesso em: 21 jun. 2018e2.

BRASIL. Programas regionais com foco na primeira infância servirão de base para o Criança Feliz. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/setembro/programas-regionais-com-foco-na-primeira-infancia-servirao-de-base-para-o-crianca-feliz>. Acesso em: 21 jun. 2018f2.

BRASIL. Programas sociais do governo federal priorizam o cuidado e a atenção às crianças. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programas-sociais-do-governo-federal-priorizam-o-cuidado-e-a-atencao-as-criancas>. Acesso em: 21 jun. 2018g3.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC do teto dos gastos públicos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso: 18 jun. 2018h2.

BRASIL. Publicada lei que estabelece regras da revisão dos benefícios do INSS. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/junho/publicada-lei-que-estabelece-regras-da-revisao-dos-beneficios-do-inss>. Acesso em: 21 jun. 2018i2.

BRASIL. Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/crianca-feliz/resolucao-cnas-no-19-de-24-de-novembro-de-2016-snas> Acesso em: 22 jun. 2018j2.

BRASIL. Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/crianca-feliz/resolucao-cnas-no-19-de-24-de-novembro-de-2016-snas>. Acesso em: 22 jun. 2018k2.

BRASIL. Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/crianca-feliz/resolucao-cnas-no-20-de-24-de-novembro-de-2016-snas>. . Acesso em: 22 jun. 2018l2.

BRASIL. Secretários da Assistência Social aprovam câmara técnica para programa de primeira infância. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/agosto/secretarios-da-assistencia-social-aprovam-camara-tecnica-para-programa-de-primeira-infancia> Acesso em: 22 jun. 2018m2.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 22 jun. 2018n2.

BRF. Quem Somos. Disponível em: <https://www.brf-global.com/pt/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. BOLSA FAMÍLIA, Brasília. disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em: 26 mai. 2018.

CALVALCANTE. Juliana. Ouça conversa entre Joesley Batista e o senador Aécio Neves. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/ouca-conversa-entre-joesley-batista-e-o-senador-aecio-neves>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. PEC 287/2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93, DE 2016.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-93-8-setembro-2016-783591-publicacaooriginal-151044-pl.html> Acesso em: 30 jun. 2018.

CAMPOS. **João Pedroso de. Eduardo Cunha e Henrique Alves são condenados por corrupção na Caixa.** 01 jun. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-cunha-e-henrique-alves-sao-condenados-por-corrupcao-na-caixa/>. Acessado em: 11 jun. 2018.

CARCANHOLO, A. Reinaldo; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização.** In: Encontro Nacional de Economia Política, 3, 1998, Niterói: ENEP 1998. 1 CD-ROM.

CARTA CAPITAL. **Governo reduz IPI e IOF para estimular consumo e investimentos.** 02. Dezem/2011. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/governo-reduz-ipi-e-iof-para-estimular-consumo-e-investimentos>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

CARTA CAPITAL. **O áudio entre Michel Temer e Joesley Batista em quatro pontos.** São Paulo.18.maio.2017 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-audio-entre-michel-temer-e-joesley-batista-em-quatro-pontos>. Acesso em: 21 de jun. 2018.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CFESS. **Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira!** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando.** Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/mundializacao-o-capital-financeiro-no-comando/>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CNAS. Conselho Estadual de Assistência Social. **Nota de repúdio do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS relativa aos cortes da proposta orçamentária da assistência social de 2018.** Disponível em: <https://2.bp.blogspot.com/XiLRUfOaiGw/WcWGtNmEJcI/AAAAAAAAABBg/grypIV76xWsqhgAfvvJAe0gGKeqPuQvpACLcBGAs/s1600>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CNAS. Conselho Estadual de Assistência Social. **Nota técnica sobre a não adesão do estado para a implementação do programa primeira infância no sistema único de assistência social – SUAS.** Disponível em: www.social.mg.gov.br/ceas/images/doc_ceas/nota.pdf Acessado em: 22/06/2018. Acesso em: 22 mai. 2018.

CNAS. Conselho Estadual de Assistência Social. **242ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS.** BRASÍLIA – DF.2016.

CNM. **Programa Criança Feliz – Primeira Infância no Suas.** Mar. 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/index.php/comunicacao/noticias/crianca-feliz-estudo-da-cnm-aponta-graves-problemas-no-novo-programa-do-governo>. Acesso em: 22 mai. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência Social: assistência ou benesse?** São Paulo: Serviço Social & Sociedade, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400665&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 29 mai. 2018.

CFESS-SP. **Nota de repúdio ao Primeiro- Damismo e ao Voluntariado.** Out. 2017. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi0sISM9PvAhUEHZAKHSwUD6YQFgg8MAM&url=http%3A%2F%2Fcress-sp.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F10%2FPosicionamento_PrimeiroDamismo_Voluntariado.pdf&usq=AOvVaw1OH45w04461f3KV4SxnBPe. Acesso em: 30 jun.2018.

FNTSUAS. Slides do V seminário FNTSUAS. Disponível em: <<http://fntsuas.blogspot.com/search?updated-max=2017-08-03T18:13:00-07:00&max-results=7>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

TERRA, Osmar. **Governo federal lança Programa Criança Feliz.** TVNBR. 5 out. 2016. 56:39 m. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lchgrNYHno8>>. . Acesso em: 22 jun. 2018.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital:** uma pesquisa sobre origens da mudança cultural. 12 ed. São Paulo: Ed Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1Jddlp6DIZHqBMkJneJG5laralBiinQio/view> Acesso em: 22 fev. 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 17º ed. São Paulo: Loyola, 1992.

IAIS, Mauro. **A adaga dos covardes, ou, O limite da imbecilidade direitista.** São Paulo, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/12/08/a-adaga-foi-desembainhada/> Acesso em: 18 mai. 2018.

IAIS, Mauro. **A adaga foi desembainhada.** São Paulo, 08 dez.2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/12/08/a-adaga-foi-desembainhada/>. Acesso em: 18 mai. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela Iamamoto. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 21º. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e individuo social.** 4º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INTINI, João Marcelo. **40 dias de TEMERridades no Rural Brasileiro.** MST. 4 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/07/04/40-dias-de-temeridades-no-rural-brasileiro.html> Acesso em: 30 jun.2018.

JACCOUD, L.; MESQUITA, A. C. S.; PAIVA, A. B. **O BPC: dos avanços na seguridade aos riscos da reforma da previdência.** Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SBS Ed. BNDES/16º, Asa Sul. Brasília .2017. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v22n11/1413-8123-csc-22-11-3499.pdf Acesso em: 11 jun. 2018.

LIMA, T. C. S.; MIOTO R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Katálysis, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 10 n. esp., p.37-45, 2007.

LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”.** *Revista Veja (online)*. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 20 jun.2018.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança Mundial e Pobreza: do Consenso de Washington ao consenso de oportunidades.** 2009. Tese (Pós-graduação em Sociologia) Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Editora Expressão Popular, 2005.

MARTELLO, Alexandre. **Governo reduz IPI de carros e tributo sobre operações de crédito.** G1. Brasília, 21, maio.2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/governo-reduz-ipi-de-carros-e-tributo-sobre-operacoes-de-credito.html> Acesso em: 11 jun. 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe- 3ºed.- São Paulo: Nova cultura, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/274525/mod_resource/content/1/Aula%2006%20-%20Marx.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

MASCARENHAS, R.M . **DEMANDAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DEBATE URGENTE PARA UM TEMA RECORRENTE.** Publicado na Revista da Jornada de Assistência Social de Vitória. 294-304. 2012.

MASCARENHAS, R.M. **Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade.** Simpósio mineiro de assistentes sociais. CRESS 6 ° região, 2014.

MAURIEL, A.P. **Relações Internacionais, Política Social e Combate à Pobreza.** Em pauta, Rio de Janeiro, 23, jul. 2009.

MENEGAT, Marildo. **Feitiço de fundo de quintal - o PT, a crise e a economia política da barbárie,** 2017.

MÉSZÁRIOS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar.** Tradução de Paulo Cezar Castalheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTA, A. E. **Seguridade Social em tempos de crise.** In: MOTA, A. E. (org.). **Cultura da Crise e Seguridade Social.** Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos de 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. **O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 87, 2006, p. 163-177.

MOTA, Ana Elizabeth. **A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, A. E.

MOTA, Ana Elizabeth. **O fetiche da assistência social**. In: MOTA, A. E. (org.). **O mito da Assistência Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O TEMPO. **Preço de commodities no Brasil tem queda de 0,53% em dezembro e 0,35% em 2011**. 04 jan. 2012. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/economia/pre%C3%A7o-de-commodities-no-brasil-tem-queda-de-0-53-em-dezembro-e-0-35-em-2011-1.409606#>. Acesso em 18 jun. 2018.

ONUBR. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 23 mai. 2018.

IBGE, **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21583-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-no-trimestre-encerrado-em-maio.html> Acesso em: 29 jun. 2018.

SILVA, José Graziano. **Fome Zero: A experiência brasileira**/ José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); – Brasília: MDA, 2010.

SILVA, SOTO, et al. **A POBREZA NO BRASIL E NA ARGENTINA: dimensão e políticas de enfrentamento**. R. Pol. Públ., v.11, n.2, p. 171-196, 2007.

TEIXEIRA E PINTO, Sonia Maria Fleury, Carlos Eduardo Santos. **Liquefação da rede de proteção social no Brasil**. R. Katál, Florianópolis, v.21, n.1, p. 14-42, jan. /abr. 2018.

Temer, MICHEL. **Hoje tivemos uma boa notícia**: o @BancoCentralBR cortou novamente a taxa de juros que está em 7%. Essa é a decima redução de juros em nosso governo. 06 dez. 2017, 13:20h. Twitter: @MichelTemer. Disponível em: https://twitter.com/MichelTemer/status/938518572267180032?ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Feconomia%2Fnoticia%2Ffica-mais-facil-para-viver-diz-temer-sobre-reducao-da-taxa-basica-de-juros.ghtml. Acesso: 21 jun. 2018.

THEODORO, M. L. **A PEC 241 é a única saída para a Crise Fiscal?** Argumentos a favor de uma alternativa socialmente mais justa e economicamente mais eficaz. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, novembro/ 2016 (Boletim Legislativo nº 56, de 2016). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 11 jun. 2018.

UGÁ, D. Vivian. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial.** Revista Sociologia e Política. Curitiba, 23, p. 55-62, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A - DADOS COLHIDOS NO SITE DO PLANALTO (WWW2.PLANATO.GOV)

DADOS DO SITE DO PLANALTO			
NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
1	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/com-o-crianca-feliz-brasil-cuidara-do-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia	DATA DA NOTÍCIA?	05/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Lançamento do Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016
2	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/governo-lanca-programa-para-promover-o-desenvolvimento-infantil	DATA DA NOTÍCIA?	05/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Michel Temer assina o decreto que cria o Programa Criança Feliz
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016
3	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/entenda-o-que-e-o-cartao-reforma	DATA DA NOTÍCIA?	09/11/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Lançamento do Programa Cartão Reforma
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim. A partir de 09/11/16
4	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/08/programa-nacional-de-voluntariado-e-instituido-nesta-terca-feira-29	DATA DA NOTÍCIA?	29/08/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Programa Nacional de Voluntariado foi instituído
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim. A partir de 29/08/17
5	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/09/com-incentivos-pessoas-de-baixa-renda-serao-integradas-a-economia	DATA DA NOTÍCIA?	26/09/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Lançamento do Programa Progredir
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 26/09/2017

APÊNDICE B- DADOS COLHIDOS NO SITE DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (WWW.MDS.GOV)

DADOS DO SITE DO MDS			
NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
1	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/agosto/ministro-apresenta-programa-de-primeira-infancia-para-secretarios-da-assistencia-social	DATA DA NOTICIA?	02/08/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Osmar Terra participa de encontro com secretários da assistência social, para falar do Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 02/08/16
2	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/agosto/secretarios-da-assistencia-social-aprovam-camara-tecnica-para-programa-de-primeira-infancia	DATA DA NOTICIA?	03/08/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Estados e municípios aprovaram a criação de uma câmara técnica para discutir a Implementação do programa para a primeira infância apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	SIM, 03/08/16
3	http://mds.gov.br/crianca-feliz/entenda-o-programa/entenda-o-programa	DATA DA NOTICIA?	12/08/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Explicação do que é o Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 12/08/16
5	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/setembro/crianca-feliz-2013-ministerios-discutem-estrategias-para-o-programa	DATA DA NOTICIA?	21/09/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Planejamento de estratégias para o Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
6	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/crianca-feliz-2013-experiencias-de-estados-e-municipios-vaio-integrar-programa-federal	DATA DA NOTICIA?	04/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Busca por referências para o Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
7	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programa-crianca-feliz-e-apresentado-a-frente-parlamentar-da-primeira-infancia	DATA DA NOTICIA?	04/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Membros da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância conheceram nesta terça-feira (4) as estratégias do Programa Criança Feliz.
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016
8	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programa-crianca-feliz-fortalece-marco-legal-da-primeira-infancia	DATA DA NOTICIA?	05/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Aprovação da lei 13.257 instituiu o Marco Legal da Primeira Infância
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016
9	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/crianca-feliz-desenvolvimento-integral-das-criancas-e-foco-do-programa	DATA DA NOTICIA?	05/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Informações sobre o CF que será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016

NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
10	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/governo-federal-lanca-o-programa-crianca-feliz	DATA DA NOTICIA?	05/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Lançamento do Programa CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 05/10/2016
11	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/outubro/programas-sociais-do-governo-federal-priorizam-o-cuidado-e-a-atencao-as-criancas	DATA DA NOTICIA?	11/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Propostas de ações do CF
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
12	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/crianca-feliz-ministro-apresenta-diretrizes-do-programa-para-o-conselho-nacional-de-assistencia-social	DATA DA NOTICIA?	19/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, apresentou, nesta quarta-feira, as diretrizes do Programa Criança Feliz a gestores e representantes da sociedade civil e de trabalhadores da Assistência Social.
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
13	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2016/outubro/crianca-feliz-programa-e-aprovado-por-gestores-estaduais-municipais-e-do-governo-federal	DATA DA NOTICIA?	21/10/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Aprovação do Programa CF pelos gestores estaduais e do governo federal, e pela Comissão Intergestores Tripartite
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
14	http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/resolucao-no-20-de-24-de-novembro-de-2016	DATA DA NOTICIA?	24/11/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016 Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para os exercícios de 2016 e 2017 (Criança Feliz)
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	24/11/2016
15	http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/resolucao-no-20-de-24-de-novembro-de-2016	DATA DA NOTICIA?	24/11/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para os exercícios de 2016 e 2017 (Criança Feliz)
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 24 /11/16
16	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/novembro/conselho-nacional-de-assistencia-social-aprova-implantacao-do-programa-crianca-feliz	DATA DA NOTICIA?	24/11/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Implantação do Programa Criança Feliz foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 24 /11/16

NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
17	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/dezembro/gestores-estaduais-da-assistencia-social-participam-de-oficina-sobre-novas-regras-do-bpc	DATA DA NOTICIA?	06/12/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Gestores estaduais da assistência social participaram da Oficina Nacional sobre as Novas Regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Inclusão no Cadastro Único
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 06/12/2016
18	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/dezembro/gestores-aprovam-medidas-para-inclusao-productiva-dos-beneficiarios-do-bolsa-familia	DATA DA NOTICIA?	07/12/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Desvinculação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não
19	http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-no-295-8-de-dezembro-de-2016	DATA DA NOTICIA?	08/12/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Portaria nº 295, 8 de dezembro de 2016 Dispõe acerca do financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 08/12/2016
20	http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/crianca-feliz/portaria-no-295-de-8-de-dezembro-de-2016-2013-snas	DATA DA NOTICIA?	12/12/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Dispõe acerca do financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, implementadas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 12/12/2016
21	http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/crianca-feliz/portaria-no-359-de-28-de-dezembro-de-2016-snas	DATA DA NOTICIA?	29/12/2016
		QUAL A PROPOSTA?	Altera o art. 3º da Portaria nº 295, de 8 de dezembro de 2016, que dispõe acerca do financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, implementadas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 29/12/2016
22	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/junho/publicada-lei-que-estabelece-regras-da-revisao-dos-beneficios-do-inss	DATA DA NOTICIA?	27/06/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Publicada lei que estabelece regras da revisão dos benefícios do INSS
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 27/06/2017

NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
23	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2017/junho/governo-publica-lei-que-estabelece-as-regras-da-revisao-dos-beneficios-do-inss	DATA DA NOTICIA?	27/06/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Governo publica lei que estabelece as regras da revisão dos benefícios do INSS
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 27/06/2017
24	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2017/agosto/pente-fino-no-auxilio-doenca-do-inss-gera-economia-de-r-2-7-bilhoes	DATA DA NOTICIA?	21/08/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Pente fino do INSS conforme novas leis de revisão
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Já ocorreu
25	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/mds-firma-parceria-com-governo-chines-para-aco-es-voltadas-a-primeira-infancia	DATA DA NOTICIA?	01/09/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Apresentação do Programa Feliz durante evento na China
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 01/09/2017
26	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/governo-federal-lanca-plano-para-promover-autonomia-das-familias-de-baixa-renda	DATA DA NOTICIA?	25/09/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Governo lança Plano Progredir
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Sim, 25/09/2017
27	http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/governo-federal-lanca-pacote-de-aco-es-para-promover-autonomia-das-familias-de-baixa-renda	DATA DA NOTICIA?	26/09/2017
		QUAL A PROPOSTA?	Lançamento de ações para famílias de baixa renda
		HÁ INDICAÇÃO DE EXECUÇÃO?	Não

APÊNDICE C – INFORMAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS

INFORMAÇÕES SOBRE AS PROPOSTAS		
PROPOSTA	PERGUNTAS	RESPOSTAS
CRIANÇA FELIZ	QUANDO FOI NOTICIADO?	02/08/2016
	DATA DA HOMOLOCAÇÃO	05/10/2016
	QUAL O OBJETIVO?	Promover o desenvolvimento integral de crianças beneficiárias do Bolsa Família.
	COMO SERÁ ALCANÇADO?	O Programa Criança Feliz atende famílias com crianças entre zero e seis anos. Através de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil.
PROGRAMA PROGREDIR	QUANDO FOI NOTICIADO?	26/09/2017
	DATA DA HOMOLOCAÇÃO	26/09/2017
	QUAL O OBJETIVO?	Para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único e dos beneficiários do Programa Bolsa Família.
	COMO SERÁ ALCANÇADO?	Por meio de um plano de ações do governo federal com parcerias privadas em torno de 3 eixos: Encaminhamento para o mercado de trabalho; incentivo a qualificação profissional e ao empreendedorismo.
PROGRAMA NACIONAL DE VOLUNTARIADO	QUANDO FOI NOTICIADO?	28/08/2017
	DATA DA HOMOLOCAÇÃO	28/08/2017
	QUAL O OBJETIVO?	Tem por objetivo incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade.
	COMO SERÁ ALCANÇADO?	De forma articulada entre governo, organizações da sociedade civil e setor privado, busca incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade.
MDSA	QUANDO FOI NOTICIADO?	12/05/2016
	DATA DA HOMOLOCAÇÃO	16/05/2016
	QUAL O OBJETIVO?	Reduzir gastos
	COMO SERÁ ALCANÇADO?	Unificando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O nome do novo ministério passa a ser Desenvolvimento Social e Agrário, sob o comando do deputado e ministro Osmar Terra.
PROGRAMA CARTÃO REFORMA	QUANDO FOI NOTICIADO?	19/11/2016
	DATA DA HOMOLOCAÇÃO	Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017
	QUAL O OBJETIVO?	Tem como objetivo beneficiar mais de 100 mil famílias que buscam recursos para melhorar e ampliar suas moradias.
	COMO SERÁ ALCANÇADO?	Por meio de liberação de um benefício que pode ser usado para a compra de material de construção e reforma do imóvel, que devem ser adquiridos em lojas credenciadas pela CAIXA.

APÊNDICE D – ANÁLISE SOBRE AS PROPOSTAS

ANÁLISE SOBRE AS PROPOSTAS		
PROPOSTA	PERGUNTAS	RESPOSTAS
CRIANÇA FELIZ	ESSA MUDANÇA SE RELACIONA COM ALGUMA PROPOSTA/PROGRAMA/SERVIÇO ANTERIOR?	SIM
	SE SIM, COM QUAL?	Com o Programa Primeira Infância e o Programa Bolsa Família
PROGRAMA PROGREDIR	ESSA MUDANÇA SE RELACIONA COM ALGUMA PROPOSTA/PROGRAMA/SERVIÇO ANTERIOR?	SIM
	SE SIM, COM QUAL?	Com o PRONATEC, instituído em 2011.
PROGRAMA NACIONAL DE VOLUNTARIADO	ESSA MUDANÇA SE RELACIONA COM ALGUMA PROPOSTA/PROGRAMA/SERVIÇO ANTERIOR?	Não
	SE SIM, COM QUAL?	
MDSA	ESSA MUDANÇA SE RELACIONA COM ALGUMA PROPOSTA/PROGRAMA/SERVIÇO ANTERIOR?	Não
	SE SIM, COM QUAL?	
PROGRAMA CARTÃO REFORMA	ESSA MUDANÇA SE RELACIONA COM ALGUMA PROPOSTA/PROGRAMA/SERVIÇO ANTERIOR?	Não
	SE SIM, COM QUAL?	

APÊNDICE E - REFERENTE AOS DADOS DAS RESISTÊNCIAS

DADOS DAS RESISTÊNCIAS			
NÚMERO	FONTE	PERGUNTA	RESPOSTA
1	http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	CNAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	17/05/2017
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Moção em defesa do BPC e da seguridade social
2	www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/nota-publica-do-cnas-em-defesa-do-suas-1.pdf/download	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	CNAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	19/05/2016
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Nota em defesa dos direitos socioassistencias
3	http://fntsuas.blogspot.com/search?updated-max=2017-08-03T18:13:00-07:00&max-results=7	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	FNTSUAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	31/07/2017
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Resistência ao desmonte da seguridade social após o golpe de 2016
4	www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/arquivos/nota-do-cnas-contraria-a-pec-241.pdf/download	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	CNAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	15/09/2016
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Nota contrária a PEC 241/2016
5	https://2.bp.blogspot.com/-XiLRUfOAIgW/WcWGtNmEJcI/AAAAAAAAABBg/grypIV76xWsqhgAfvvJAe0gGKeqPuQvpACLcBGAs/s1600	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	CNAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	09/07/2017
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Nota de repúdio aos cortes da proposta orçamentária da assistência social de 2018
6	www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/carta-do-fntsuas-1.pdf/download	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	FNTSUAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	16/05/2016
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Carta em defesa da seguridade social e da política de assistência social
7	http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/manifestos-do-cnas/20160726131130782.pdf/view	QUAL REPRESENTAÇÃO/ORGANIZAÇÃO?	FONCEAS
		QUAL A DATA DA PUBLICAÇÃO?	13/05/2016
		A QUAL PROPOSTA FAZ ENFRENTAMENTO?	Manifesto contra a junção do MDA com o MDS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA
Faculdade de Serviço Social



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **“CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NO BRASIL: uma análise contemporânea sobre a política de assistência social”** de autoria da(o) estudante **Daniela de Almeida**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Prof.ª Me. Raquel Mota Mascarenhas
Orientador/a

Mariana, 18 de julho de 2018.